

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO
(CBG)

NAZARETH SALOMON

PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: UM ESTUDO
DOS FILTROS NA BUSCA E RECUPERAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A MULHER

Rio de Janeiro

2017

NAZARETH SALOMON

**PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: UM
ESTUDO DOS FILTROS NA BUSCA E RECUPERAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Professora Mestre Marianna Zattar

Rio de Janeiro

2017

Catálogo na fonte

- S174p Salomon, Nazareth de Andrade Martins.
Prática Informacional e Competência em Informacional: um estudo dos filtros na busca e recuperação sobre violência doméstica contra a mulher. / Nazareth de Andrade Martins Salomon. – Rio de Janeiro, 2017.
87 f. : il.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
Orientação: Marianna Zattar.
1. Competência em Informação. 2. Busca e Recuperação.de Fontes de Informação. 3. Prática Informacional. I. Zattar, Marianna. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Título.
CDD: 025

NAZARETH SALOMON

**PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: UM ESTUDO
DOS FILTROS NA BUSCA E RECUPERAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2017.

Professora Mestre Marianna Zattar (Orientadora)

Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Doutora Nysia Oliveira de Sá

Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Gustavo Henrique de Araújo Freire

Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho as pessoas mais importantes da minha vida: meu marido Cláudio, meus filhos Rômulo e Caio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por cada novo amanhecer em minha vida e por ter me ajudado a ser persistente. À Nossa Senhora de quem sou devota e recorro toda vez que me sinto perdida, fragilizada e precisando de paz em meu coração. A fé me fortalece e me dá a certeza de que o amanhã pode ser melhor.

Agradeço à minha família pelo apoio e paciência, principalmente, durante esses quatro anos. Muito obrigada ao Cláudio pelos esclarecimentos sobre informática, por dividir comigo suas experiências adquiridas na sua profissão me ajudando dessa forma a compreender melhor algumas disciplinas, e assim, contribuindo para que eu tivesse um melhor desempenho. Ou, por me salvar inúmeras vezes naqueles momentos em que o computador apresentou um monte de problemas, e a minha vontade era de quebrá-lo em mil pedacinhos, mas tranquilamente ele se sentava ao meu lado e aos poucos tudo ia se resolvendo.

Sou grata aos meus filhos Rômulo e Caio pelo aprendizado, um dia eu os ensinei, hoje eu aprendo com vocês.

Obrigada a todos os amigos e familiares que me acompanharam e torceram por mim, e em especial, a minha cunhada e bibliotecária Claudete Fernandes que foi a primeira pessoa a me apresentar à Biblioteconomia, sempre falando da profissão com entusiasmo e que acabou despertando meu interesse pela área.

Estou sinceramente agradecida a todos os professores dos quais tive o privilégio de conhecer, que vão deixar saudades e, que com certeza vão ficar gravados em minha memória e meu coração.

Agradeço aos amigos que fiz no IPUB. Às minhas bibliotecárias queridas, Cátia, Alzenete, Neide, Ana e Célia. Muito obrigada por me receberem bem na época dos estágios, pelo incentivo, pela ajuda e por se tornarem minhas amigas.

Agradeço a todos da minha turma pela generosidade, pelo incentivo, por me ensinarem quando eu tinha alguma dúvida ou dificuldade com as matérias e, principalmente, por fazerem me sentir acolhida. Confesso que um dos meus medos antes de iniciar essa minha fase acadêmica, era de não ser aceita devido a diferença de idade, mas para minha felicidade nunca me senti excluída e sempre fui tratada com respeito. Vou guardar todos em meu coração. E se nossos caminhos, infelizmente, não se cruzarem mais pelo menos terei como consolo as centenas de fotos que tiramos juntos para recordar. Cada vez que eu sentir saudades vou recorrer a elas e olhar o rostinho de cada um. Monica; Grayce; Raquel; Brisa; Isabele; Juliana; Lizandra; Márcia; Shana; Jaqueline; Larissa; Mariana Silveira; Mariana Coutinho; Kelly;

Fabiane; Aline; Thaís; Reginaldo; Rodrigo; Flávia; Nathália; Mayara, Érica, Gabriela, Ágata, Geórgia e Danielle.

Agradeço, em especial, à Nathália, Mariana Silveira, Brisa, Isabele, Mayara e Juliana por sempre terem sido meigas comigo, pela espontaneidade e por serem maravilhosas e prestativas. E Mariana Silveira, obrigada por me chamar de fofa!

Agradeço, em especial, à Shana por todas às vezes que me ajudou com boa vontade e sempre se colocando à disposição.

Sou grata, em especial, à Raquel por ser uma pessoa que também sempre me ajudou e sempre se mostrou uma pessoa amiga e paciente.

Agradeço, em especial, à Lizandra pelas trocas de mensagens, pelo carinho e, aproveito para dizer que admiro sua força.

Agradeço, em especial, à Grayce por me fazer rir, fazer slides muito bacanas para nossos trabalhos, pelas tardes de cafezinho na UFRJ, pelas saídas, enfim, por ser uma de minhas amigas e espero que continue. Quero que saiba que sempre lhe admirei pela sua coragem, por ser uma pessoa que não tem medo de desafios.

Sou grata, em especial, à Monica pela parceria desde o início. Por me escutar, me dar conselhos, broncas, por me dar força, pelo incentivo quando penso em desistir, pelos passeios, por me ajudar quando entro em pânico em uma situação e paraliso. Agradeço pelas diversas vezes que me animou, pelas brincadeiras, pelos inúmeros trabalhos juntas, por tantas outras coisas que passamos algumas boas outras nem tanto, mas uma apoiando a outra. Admiro muito você, sei que precisou lutar muito para chegar onde está e aprendi muito contigo. Desejo que nossa amizade não se perca com o término da faculdade e que ainda possamos nos divertir muito.

Agradeço à Profa. Dra. Nysia Oliveira de Sá e ao Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire pela disponibilidade na participação da banca avaliadora deste trabalho.

E, por fim, agradeço de coração à minha orientadora Marianna Zattar por ser prestativa, pela paciência que teve comigo desde o início, pela compreensão com minhas limitações e insegurança e, por ter possibilitado que eu aprendesse mais com nossas conversas e troca de informações.

Que Deus abençoe a todos!

Se as coisas são inatingíveis. Ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!
(QUINTANA, 1997)

RESUMO

Estuda a influência dos filtros na prática informacional, na recuperação da informação, utilizando os buscadores Google e Duckduckgo. Para tanto, no referencial teórico são abordados os temas referentes à Competência em Informação, Busca e Recuperação de Fontes de Informação e Prática Informacional. Utiliza como procedimento metodológico, a pesquisa de cunho descritivo e abordagem qualitativa. Apresenta a coleta de dados, que foi elaborada com a estratégia de busca “violência doméstica contra a mulher” nos buscadores Google e DuckDuckGo. Utilizou para a análise de dados a técnica de análise temática. O resultado mostrou que a preferência por buscadores diferentes impacta diretamente nos resultados de buscas e, portanto, nos filtros informacionais dos pesquisadores. Por fim, conclui que diante da diversidade de recursos informacionais, torna-se necessária a promoção de uma atitude competente em informação.

Palavras-chave: Competência em informação. Busca e recuperação de fontes de informação. Prática informacional.

ABSTRACT

It studies the influence of the filters in the informational practice, in the information retrieval, using Google and Duckduckgo search engines. For that, in the theoretical reference are addressed the subjects referring to Information Literacy, Search and Recovery of information sources and Informational Practice. It uses as a methodological procedure the descriptive research and qualitative approach. It presents the data collection, which was elaborated with the search strategy "domestic violence against woman" in search engines Google and DuckDuckGo. It used the thematic analysis technique for data analysis. The result showed that the preference for different search engines has a direct impact on the search results and, therefore, on the researchers' information filters. Finally, it concludes that in view of the diversity of information resources, it is necessary to promote a competent attitude in information.

Keywords: Information Literacy. Search and retrieval of information sources. Informational practice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Logotipo oficial internacional da Competência em Informação de 2013..	27
Figura 2 -	Logotipo oficial internacional da Competência em Informação de 2014..	28
Quadro 1 -	Fontes Primárias.....	37
Quadro 2 -	Fontes Secundárias.....	37
Quadro 3 -	Fontes Terciárias.....	37
Figura 3 -	Abordagens da Ciência da Informação.....	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAPB	Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia
ACRL	<i>Association of College e Research Libraries</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (denominada inicialmente como Biblioteca Regional de Medicina)
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CBG	Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CI	Ciência da Informação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DSI	Disseminação Seletiva de Informação
ECIL	<i>European Conference on Information Literacy</i>
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
GT	Grupo de Trabalho
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
IP	Protocolo de Internet
LIRT	<i>Library Instruction Round Table</i>
LOEX	<i>Library Orientation Exchange</i>
MCII	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia

MIT	Multi, Inter e Transdisciplinaridade
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
RBP	Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa
SDI	<i>Selective Dissemination Information</i>
SIPT	Seção de Informação e Prospecção Tecnológica
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
WWW	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMA.....	17
1.2	OBJETIVO GERAL.....	17
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
1.4	JUSTIFICATIVA.....	17
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	19
2	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	20
3	BUSCA E RECUPERAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO.....	36
3.1	FONTES DE INFORMAÇÃO.....	36
3.1.1	Buscadores.....	39
3.1.2	Metabuscadores e Serviços de Descoberta.....	40
3.2	BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	42
3.3	FACT CHECK.....	44
4	PRÁTICA INFORMACIONAL.....	46
4.1	PRÁTICA INFORMACIONAL E CONHECIMENTO PRAXIOLÓGICO.....	52
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
5.1	CAMPO DA PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	55
5.2	TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	56
	PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO:	
6	UM ESTUDO DOS FILTROS NA BUSCA E RECUPERAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....	57
7	CONCLUSÃO.....	62
	REFERÊNCIAS.....	64
	APÊNDICE A – E-MAIL.....	74
	APÊNDICE B – PESQUISAS DA PRIMEIRA PARTICIPANTE.....	76
	APÊNDICE C – PESQUISAS DA SEGUNDA PARTICIPANTE.....	79
	APÊNDICE D – PESQUISAS DA TERCEIRA PARTICIPANTE.....	82

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1949, o jornalista, ensaísta e romancista britânico George Orwell, publicava o livro 1984. O autor descrevia um mundo onde o mais fraco (o povo) era dominado por uma classe que ditava todas as regras. Estas regras abarcavam as roupas que deveriam ser usadas, o local para se trabalhar e até o dia e hora exatos para a prática de exercícios. O livro de Orwell evidencia a ideia de vigilância da sociedade atual e permite um olhar para as formas de produção da informação e comunicação na sociedade contemporânea (ORWELL, 2009). Outro exemplo que demonstra as questões relacionadas à vigilância é a música “*Another brick in the wall part 2*” do grupo Pink Floyd, de 1979. Trata-se de uma composição que relata um Estado opressor em relação às instituições educacionais extremamente rígidas (WATERS, 1979). O ponto comum dessas duas obras é o olhar para as formas de dominação advindas do uso e do controle informacional.

Na atualidade, os controles e dominações estão presentes nos mais diferentes aspectos e modalidades. Como é o caso dos meios de comunicação que vem experimentando aspectos de controle e vigilância de forma quase imperceptível. Na internet o controle fica ainda mais latente, uma vez que os dados dos internautas são tidos como fonte lucrativa para os gigantes do mundo virtual. Assim, a todo o momento os usuários são bombardeados com propagandas de produtos diversos e, sem perceberem tais influências, entram em uma esfera de comportamentos pré-moldados. Dentre os quais destaca-se o comportamento de Busca Informacional.

No livro “O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você” o autor Eli Pariser (2012), presidente do conselho diretor e ex-diretor executivo do Portal MoveOn.org (considerado um dos principais portais de ativismo on-line) e cofundador da Avaaz.org (considerada uma das maiores organizações de ativistas) propõe reflexões sobre questões relacionadas à busca e ao uso informacional. O autor aborda, especificamente, os aspectos que têm relação com os filtros usados em diferentes sites e fontes de informação e a influência dessas ferramentas no acesso à informação e, mais ainda, na restrição do acesso à informação (PARISER, 2012).

Percebe-se que nem as pessoas consideradas como as mais informadas sabem como de fato funcionam a “Busca Informacional” e como se dá a personalização. Nessa dinâmica a maioria tem ciência de que não existem coincidências e que há monitoramento dos indivíduos, mas não compreendem que ocorre de modo que o usuário pode ser influenciado pelas suas escolhas e características, ou seja, o perfil em plataforma de outras fontes de informação na internet.

A Competência em Informação envolve as dinâmicas informacionais de busca e recuperação da informação e, portanto, os filtros podem afetar diretamente esse processo.

Dito de outra forma significa que aquele que for competente em informação não vai se restringir aos sites populares ou considerá-los como fonte principal de notícias, pois usará habilidades e conhecimentos para bloquear aquilo que for indesejável por meio de ferramentas próprias, buscará notícias em meios de comunicação que a ofereçam de forma mais ampla e utilizará bases de dados em suas buscas, a partir de seu senso crítico. Pariser (2012) propõe que o usuário evite navegar sempre nos mesmos sites e conheça conteúdos variados da internet para minimizar a influência dos filtros.

Assim, sob a perspectiva do Comportamento Informacional, aqui observado no nível do estudo da Competência em Informação e da Prática Informacional, no contexto da Biblioteconomia, dá, e possível que sejam estudadas as questões relacionadas ao acesso e ao uso informacional. Se por um lado o excesso de informação pode ser um fator crítico, por outro lado não ter acesso pode ser limitador.

Para a pesquisa proposta neste trabalho, foi escolhida uma temática de relevância social, a “violência doméstica contra a mulher”, pois, pretende-se confrontar o grau de interferência dos filtros nos resultados obtidos em consequência da personalização, que em determinadas situações pode se configurar como um delimitador por não recuperar a informação em sua totalidade, e sim, aquilo que o sistema interpreta como útil ao usuário, como colocado por Pariser (2012). Para tanto, a ideia de abordar sobre esse assunto surgiu a partir dos temas propostos pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para o desenvolvimento de pesquisas na Pós-graduação no Brasil (BRASIL, 2010).

O PNPG de 2011-2020, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem como finalidade a definição de novas diretrizes e metas para as propostas de política de Pós-graduação e pesquisa no Brasil. Entre as temáticas indicadas como sendo interessantes para investimento no Brasil em pesquisa e Pós-graduação está a “Criminologia e Segurança Pública”, sendo a violência e a criminalidade uma de suas linhas de pesquisa. O documento do PNPG levanta a questão sobre a necessidade de haver pesquisas que funcionem como elementos que ajudem a compreender o fenômeno criminal e, a partir disso, subsidiar políticas públicas e programas que produzam resultados mais positivos. (BRASIL, 2010).

A violência, de forma generalizada, é um grave problema no Brasil que carece de estudos que contribuam para sua redução. Nesse âmbito, é indubitável que a violência contra as mulheres, de várias maneiras e com grandes índices de homicídio, faz parte dessa

problemática e desta forma merece maior atenção e o desenvolvimento de pesquisas que possam, inclusive, contribuir com a criação de uma legislação específica para a mulher.

No contexto da violência contra a mulher apresenta-se a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), aprovada em 7 de agosto de 2006 pelo Congresso, que tem o objetivo de coibir a violência doméstica contra a mulher (BRASIL, 2006). Contudo, ainda assim o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de países que mais registram crimes contra as mulheres. Conforme o Mapa da Violência 2015, no ano de 2013 foram registrados em torno de 13 homicídios diariamente no país. O Mapa também revela que homicídio de mulheres negras aumentou 54% nos últimos dez anos (COMPROMISSO, 2016a). Pesquisa revela que cinco mulheres são agredidas a cada dois minutos no Brasil (PORTAL BRASIL, 2014). Na maioria das vezes denunciar o agressor não é algo fácil e muitas vítimas se deparam com o descaso da própria delegacia na hora de prestar queixa da agressão. “Às vezes, o processo de denunciar acaba sendo mais violento para essas mulheres do que a própria violência” disse Silvia Chakian, promotora de Justiça e coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID) à BBC Brasil (MENDONÇA, 2015). A promotora revelou que entre os principais obstáculos que as mulheres enfrentam para denunciar seus agressores estão o fato da Delegacia de Mulheres não funcionar durante 24 horas, não abrir aos fins de semana e ter um número restrito de Delegacias de Mulheres em relação à quantidade de municípios no Brasil, como consequência das dificuldades apresentadas muitas mulheres são encaminhadas para uma delegacia tradicional, onde a falta de capacitação de agentes públicos não permitem um atendimento adequado. Outra questão importante é que nem sempre o agressor é punido, vindo a reincidir a agressão (MENDONÇA, 2015).

Antes de prosseguir é importante salientar alguns pontos. O primeiro é que a definição de violência é bastante ampla. Segundo que não é só as mulheres que sofrem com a violência doméstica.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como “[...] o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002 apud DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1165). De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2006, a violência pode se apresentar de várias formas como a violência moral, psicológica, sexual, patrimonial, e não apenas a física. Dentro dessas tipologias temos a violência doméstica e a violência contra a mulher. A violência doméstica é “[...] quando ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou

coabitação.” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2006). No que diz respeito à violência contra a mulher o CNJ declara que “[...] é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause danos, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial”. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2006).

É importante destacar que a Lei Maria da Penha trouxe benefícios como motivar as mulheres a denunciarem seus algozes e, inclusive, é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações mundiais para combater a violência contra o gênero feminino (PORTAL BRASIL, 2016). No entanto, sua aplicação não atinge determinados casos, pois dependendo da região do Brasil não é utilizada entre irmãos, já que na compreensão de alguns juízes, a lei só deve ser aplicada se a mulher for cônjuge do homem. A lei também não favorece a mulher no caso desta não ser considerada hipossuficiente (quando a pessoa não possui condições financeiras para seu sustento) e nem quando há agressão de ex-namorado, por interpretar que não se trata de uma violência dentro do ambiente doméstico (COMPROMISSO, 2016b).

Apesar de ser pouco debatido, há estudos sobre a violência doméstica praticada contra os homens. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos pela revista “*American Journal of Preventive Medicine*” revelou que quase 30% dos homens afirmaram ter sofrido algum tipo de abuso. De acordo com os pesquisadores foram incluídas como violência contra o gênero masculino agressões físicas e não físicas tais como frases depreciativas, insultos, controle e domínio sobre o homem (MIRANDA, 2008).

No Brasil, a Lei Maria da Penha inicialmente não favorecia aos homens, entretanto, alguns tribunais vêm utilizando-a em benefício deles. Neste caso, é aplicado o princípio da isonomia (somos todos iguais perante a lei) quando os homens são agredidos pelas parceiras (JOSSERRAND MASSIMO VOLPON ADVOGADAS, [2014?]; ANGHER; SIQUEIRA, 2002). Por outro lado, esta medida vem causando discussão entre os Tribunais e juristas, uma parte dos juristas não vê o homem como um ser vulnerável e assim sendo, ele não é digno de proteção específica prevista em normas especiais. A outra parte em defesa do homem justifica que ele é afetado pela violência doméstica assim como a mulher, inclusive, comprometendo seu emocional (NASCIMENTO, 2013). Trata-se de uma questão muito delicada e da mesma maneira que a Lei Maria da Penha não abrange todos os casos de violência contra o gênero feminino, também o homem dependerá da interpretação do juiz responsável por decidir sua situação, ou seja, se lhe concederá o direito de ser beneficiado pela lei, ou não.

1.1 PROBLEMA

Qual a influência dos filtros na busca e recuperação sobre a violência doméstica contra a mulher sob a perspectiva dos estudos da Prática Informacional e da Competência em Informação?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a influência dos filtros na busca e recuperação sobre a violência doméstica contra a mulher sob a perspectiva dos estudos da Prática Informacional e da Competência em Informação.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos são:

- a) contextualizar os estudos sobre Competência em Informação e Prática Informacional;
- b) relacionar as noções de fontes de informação e de filtros;
- c) apresentar os buscadores utilizados na pesquisa, Google e DuckDuckGo;
- d) pesquisar empiricamente a Prática Informacional.

1.4 JUSTIFICATIVA

Cada vez que surge uma inovação radical (algo novo) ou uma inovação incremental (reinvenção daquilo que já existe), surge também a necessidade de analisar as vantagens e desvantagens advindas dessa novidade. De acordo com Burke (2002, p. 173) “Parece inevitável que nas atividades humanas todas as soluções de um problema mais cedo ou mais tarde acabem gerando outros problemas”. Ter acesso à informação é tão determinante quanto estar bem informado. Nesse entendimento, indica-se como exemplo os candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que têm chances de desenvolver uma redação mais elaborada ao demonstrar domínio sobre um tema e alcançar melhor pontuação se tiverem maior acesso à informação. Nesse segmento, é essencial estudar os resultados produzidos pela personalização,

além de fomentar a Competência em Informação como prática para buscar e recuperar aquilo que é relevante ou propiciar encontrar algo que não era o foco, mas que pode agregar conhecimento ou ser proveitoso (condição favorável conhecida como serendipidade).

Assim abordar os aspectos positivos e negativos que uma nova tecnologia ou um novo recurso podem trazer, abordar o assunto sobre personalização (método utilizado na internet para personalizar o conteúdo dos sites e fontes de informação) na busca e na recuperação da informação se apresenta como uma alternativa de prestação de serviço à sociedade, especialmente, no que tange aos esclarecimentos sobre os impactos que a personalização pode vir a causar, afetando direta ou indiretamente as escolhas e a percepção dos indivíduos em relação ao mundo.

Em relação à Biblioteconomia, a personalização pode ser vista na perspectiva da atuação do profissional bibliotecário, que tem como uma de suas funções e atribuições o atendimento às necessidades informacionais dos usuários. Nesse contexto se faz necessário que o bibliotecário conheça tais mecanismos para que possa aprimorar suas habilidades de modo que o seu trabalho não seja comprometido na hora da busca. Outro ponto de destaque em relação à atuação profissional do bibliotecário é a sua função de educador na promoção da Competência em Informação na sua comunidade, pois a personalização está presente nas dinâmicas de busca e recuperação da informação. A discussão desse assunto, no escopo da Biblioteconomia, pode fomentar mais interesse e pesquisas relacionadas à questão, promovendo debates e estudos a respeito do tema na área.

Sob a perspectiva da formação em nível de graduação insere-se como justificativa a possibilidade de ampliação no desenvolvimento como profissional bibliotecária. Destaca-se também o interesse pelo tema na perspectiva pessoal e cotidiana, pois como cidadão se considera a personalização como ponto polêmico, visto que ao examinar as implicações que pode trazer, uma questão bastante instigante sobre a temática é a possível limitação do universo informacional e conseqüentemente do conhecimento, a partir do momento que as escolhas e preferências são induzidas.

No que tange a escolha do tema, indica-se a “violência doméstica contra as mulheres” por se tratar de um assunto que atinge sem distinção todas as camadas sociais e importantes para o desenvolvimento da sociedade. É essencial ressaltar que o PNPG ao indicar investimentos em pesquisas e Pós-graduação nas áreas da Justiça, Criminologia e Segurança Pública pode fomentar desta maneira maior produção de estudos a respeito da temática e, por consequência, produzir profissionais mais esclarecidos sobre a questão, mais preparados para

atuar nas diversas instâncias que tem contato com essas mulheres e conferir a pesquisa científica o cunho social que ela deve ter.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Este trabalho está organizado em sete seções primárias. Na primeira seção é apresentada a introdução deste trabalho. A segunda seção contempla a temática de Competência em Informação e com essa seção pretende-se apresentar o desenvolvimento e estudos sobre a mesma ao longo dos anos, a partir de um panorama nacional e internacional. A terceira seção sobre Busca e Recuperação de Fontes de Informação trata das fontes de informação e, com isso, buscadores, metabuscadores e serviços de descobertas, busca e recuperação da informação e *fact check*. A quarta seção é sobre Prática Informacional e apresenta uma perspectiva da Prática Informacional na inter-relação com conhecimento praxiológico. A quinta seção apresenta os procedimentos metodológicos e as escolhas feitas no percurso desta pesquisa tais como o campo da pesquisa, população e amostra, técnica de coleta e análise de dados. A sexta seção expõe os dados e os resultados analisados. A sétima seção de conclusão apresenta as conclusões e as indicações de trabalhos futuros.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Para a fundamentação do trabalho foram estabelecidos três temas que serviram de alicerces da proposta apresentada, sendo esses a Busca e Recuperação de Fontes de Informação, Prática Informacional e a Competência em Informação, primeira temática abordada.

No século XV, subsequente ao advento da imprensa, surgiu à chamada explosão informacional (BURKE, 2002, p. 175) como uma metáfora para se referir ao aumento da produção de informação, que se alastrou em quantidades consideráveis e velocidade avançada. Em razão desse fenômeno houve a necessidade de criação de novos métodos de gerenciamento da informação. Para se ter uma ideia do aumento significativo de material impresso na Europa, entre os anos de 1500 e 1750, Burke (2002) diz que estaria por volta de 130 milhões de exemplares de livros. E, embora esse acontecimento tenha feito com que os bibliotecários se tornassem mais evidentes, por outro lado, houve também uma ampliação das funções inerentes as suas atividades, tais como organizar, armazenar ou localizar itens informacionais. Sendo assim, à medida que os desafios foram surgindo, os bibliotecários tiveram que buscar soluções, criando novas técnicas para tratar, preservar, armazenar e avaliar o conteúdo. Achar o livro certo, lembrando a segunda e a terceira Lei de Ranganathan¹, passou a ser uma tarefa mais difícil. Também foi preciso pensar em diferentes meios de acesso para se encontrar o que era relevante para o usuário, e outras formas de organização desses itens. Em 1550, o escritor italiano Antonfrancesco Doni já indicava a superfluidade (excesso) de livros “tantos livros que não temos tempo para se quer ler os livros”. (BURKE, 2002, p. 175). Nesse sentido, foi inevitável que os bibliotecários tivessem que desenvolver habilidades para enfrentar as transformações provocadas pela imprensa.

Se no século XV o objetivo era superar as dificuldades em trabalhar com o aumento expressivo de livros, no século XX a meta foi encontrar formas, tanto eficientes quanto eficazes, para trabalhar com a abundância de informação.

O sociólogo Pierre Levy (1999) cita uma fala de Einstein em entrevista realizada nos anos de 1950, para ilustrar a importância do fluxo informacional no último século. De acordo com o cientista as três bombas explodidas no século XX foram: a bomba demográfica, a bomba atômica e a bomba das telecomunicações. Destaca-se que a expressão “bomba das

¹ O indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, matemático e bibliotecário, estabeleceu cinco leis para a Biblioteconomia. Sendo a segunda lei “A cada leitor seu livro” e a terceira lei “A cada livro seu leitor”. (FIGUEIREDO, 1992, p. 186).

telecomunicações” é também chamada por alguns autores, assim como o Levy, de “segundo dilúvio” como uma alusão ao dilúvio da Bíblia para se referir ao grande fluxo de informações. Levy (1999, p. 19) explica que “As telecomunicações geram esse novo dilúvio por conta da natureza exponencial, explosiva e caótica de seu crescimento”. Em relação à educação e constante mudança do saber na atualidade, o sociólogo também aponta que devido à velocidade com que novos conhecimentos surgem, a maior parte do que é aprendido e as habilidades adquiridas no decorrer da carreira profissional de uma pessoa, já estarão obsoletas ao seu final. Nesse sentido, constata-se a urgência do aprendizado ao longo da vida (LEVY, 1999).

No ponto de vista de Dudziak (2003) a informação é um elemento chave em todos os segmentos da sociedade. No entanto, a autora explica que com as transformações no universo da comunicação, a ampla disponibilização de informações que por vezes se apresenta de maneira desordenada e confusa, em especial, por meio da internet, ela promove o surgimento de barreiras relacionadas ao acesso dessas informações, sendo estas: número ilimitado de fontes; falta de habilidade sobre alguns mecanismos de filtragem; organização e apropriação da informação. Assim, a visualização do crescimento exponencial da informação na sociedade, atual somada à percepção da necessidade de uso da informação, pode-se vislumbrar a importância de estudos no contexto da temática da Competência em Informação (no original em inglês, *Information Literacy*).

Segundo Lyman (1979, p. 196 apud DUDZIAK, 2003, p. 24) *literacy* pode ser determinada como “a habilidade que uma pessoa tem de compreender matérias, ler fazendo uso de seu senso crítico, utilizar materiais complexos e ser autodidata, isto é, aprender por si mesmo”.

O lastro da Competência em Informação remonta à década de 1970 quando em 1974, nos Estados Unidos, desponta a expressão *Information Literacy*. A *Information Literacy*, tal como se conhece hoje, surge no relatório “*The Information Service Environment Relationships and Priorities*” do bibliotecário norte-americano Paul Zurkowski, que recomendava que os recursos informacionais fossem aplicados no âmbito profissional, no intento de solucionar situações difíceis por via de técnicas e habilidades na utilização de ferramentas de acesso à informação. Deve-se destacar que no relatório de Zurkowski, o termo utilizado foi *Information Skill*² para designar pessoas capazes de resolver seus problemas de informação fazendo uso de fontes relevantes por intermédio da tecnologia (MELO; ARAÚJO, 2007). Na mesma década, em 1976, o conceito se amplia em relação a uma diversidade de habilidades e conhecimentos,

² A expressão *Information Skill* pode ser traduzida como habilidades em informação.

incluindo a localização e o uso da informação voltada para a tomada de decisão (DUDZIAK, 2003). Neste mesmo ano surge um novo significado para *Information Literacy*, pois além das habilidades e conhecimentos ligados à informação passou a abranger noção dos valores ligados à informação para a cidadania. Os autores responsáveis por esse novo significado foram Hamelink e Owens (DUDZIAK, 2010). No ano de 1979 o conceito retorna à literatura com ênfase nas habilidades técnicas por intermédio dos autores Taylor e Garfield que tinham uma abordagem voltada para a questão da capacitação em informação, como sendo parte do domínio de técnicas e habilidades de uso das ferramentas informacionais na modelagem de soluções para os problemas. Assim, a década de 1970 foi marcada pela compreensão da informação como atributo essencial à sociedade (DUDZIAK, 2003).

No escopo do desenvolvimento da Competência em Informação, a década de 1980 foi marcada pela centralidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Com o crescimento e disseminação da Tecnologia de Informação (TI), as bases de produção foram alteradas, assim como de controle, de guarda, difusão e acesso à informação. Esse contexto fez com que o computador se tornasse o foco, o que modificou os sistemas de informação. A partir disso diversos trabalhos surgiram enfocando a *Information Literacy* como *Information Technology Literacy*. Entender o conceito da *Information Literacy* como capacitação em TI se popularizou, sobretudo no âmbito profissional (DUDZIAK, 2003). Nessa mesma década a partir dos estudos de usuários de Breivik, do documento governamental americano de título “*Nation at Risk*” e da publicação do “*Information Power*”, os bibliotecários passaram a observar que havia uma conexão entre as seguintes áreas: bibliotecas e educação, a *Information Literacy* e o aprendizado ao longo da vida (DUDZIAK, 2003). Os estudos de Breivik tiveram tamanha relevância “[...] pois constituiu um dos primeiros passos em relação à aproximação e integração do trabalho desenvolvido pelos bibliotecários, docentes e educadores em geral na implementação de programas educacionais voltados para a *Information Literacy*”. (DUDZIAK, 2003, p. 25). Em 1987 a monografia de Karol C. Kuhlthau intitulada “*Information Skills for an Information Society: a review of research*”, lança as bases da *Information Literacy Education* sob dois eixos ao incorporar a *Information Literacy* ao currículo dos discentes do Ensino Médio, e ao propiciar aos estudantes acesso abrangente aos recursos informacionais, por serem estes considerados instrumentos fundamentais na aprendizagem do aluno. Dudziak (2003) também destaca que, posteriormente, Kuhlthau definiria a *Information Literacy* como um modo de aprender. Ainda na década de 1980 dois documentos essenciais para a *Information Literacy* foram publicados: o primeiro foi em 1987, o livro intitulado de “*Information Literacy: revolution in the library*” publicado por Patricia S. Breivik e E. Gordon Gee. Para os autores, a

educação, na Era da Informação, deveria formar aprendizes ao longo da vida. O segundo, em 1989 foi o da *American Library Association* (ALA), por meio do “*Presential Committe on Information Literacy: final report*” preparado por um grupo de bibliotecários e educadores, e determinando a definição de maior aceitação e mais difundida para a *Information Literacy*. Neste documento a ALA objetiva enfatizar a importância da *Information Literacy* para todos os indivíduos, seja na profissão ou como cidadão, e sugeri a adoção de um novo modelo de aprendizado de modo que houvesse maior colaboração entre a biblioteca e a sala de aula (DUDZIAK, 2002, 2003). No entanto, em Dudziak (2002) ressalta-se que foi a partir da divulgação do “*Information Power*”, em 1988, que surgiu o reconhecimento da necessidade de se integrar bibliotecas, processos e programas educacionais, com a participação dos bibliotecários e docentes. É nesta fase que a relação entre bibliotecas, educação e *Information Literacy* começara a ser consolidada em nível internacional.

Em 1990 surgem os primeiros livros, dissertações e teses a respeito da *Information Literacy* (DUDZIAK, 2010). Nesta mesma década a definição da ALA para esse termo teve ampla aceitação resultando na implantação de vários programas educacionais direcionados para a *Information Literacy* ao redor do mundo, e em especial, nas bibliotecas universitárias (DUDZIAK, 2003). Nessa época, de acordo com Dudziak “começou a se popularizar o conceito de aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) e o interesse pela implementação de programas educacionais voltados para a *Information Literacy* aumentou”. (2002, p. 6). Ao fazer uso da *Information Literacy* o foco dos profissionais passou a ser “tornar os usuários (agora usuários da informação) em aprendizes independentes, enfatizando a integração curricular e a cooperação com a comunidade” (DUDZIAK, 2003, p. 26). Contudo, para muitos profissionais a expressão não passava de uma nomenclatura alternativa para designar a educação de usuários, significando que os paradigmas não tinham se modificado por completo (DUDZIAK, 2003).

Conforme Doyle (1994, p. 3 tradução nossa) o significado da expressão Alfabetização Informacional se amplia para também designar a pessoa alfabetizada em informação como aquela que:

- a) reconhece que informações precisas e completas é a base para a tomada de decisão inteligente;
- b) reconhece a necessidade de informação;
- c) questões formuladas com base nas necessidades de informação;
- d) identifica potenciais fontes de informação;
- e) desenvolve estratégias de busca de sucesso;
- f) acessa fontes de informação, incluindo por meio de computador com base em outras tecnologias;
- g) avalia as informações;

- h) integra novas informações em um corpo de conhecimento existente,
- i) utiliza informações, empregando seu pensamento crítico, para a resolução de problemas.

Neste período, além de Doyle, destacam-se os estudos de Behrens, Candy e outros autores. Surgem também diferentes modelos de processo de busca e outras formas de empregar a informação e, devido a ênfase dada às TIC e aos ambientes eletrônicos, emergem outras expressões relacionadas à *Information Literacy* sendo estas: a *Digital Literacy*, a *Multimídia Literacy* e a *Information Technology Literacy*. Mediacy (DUDZIAK, 2003).

A partir do ano de 1991, a diretora da *Cleveland State University Library, Ohio*, EUA, Hannelore B. Rader passa a revisar e publicar todos os anos artigos referentes à área, revisão bibliográfica nomeada “*Bibliographic Instructions and Information Literacy*” (DUDZIAK, 2003). Cristine Bruce, em 1997, denominou a *Information Literacy* de modelo relacional em sua tese intitulada “*Information Literacy: a phenomenography*”, que teve como base o estudo relacionado às experiências de educadores e profissionais da informação sobre qual o significado de “ser competente em informação” (DUDZIAK, 2003). Na concepção de Bruce a *Information Literacy* é um fenômeno e supõe que não se trata apenas de desenvolver competências “[...] é muito mais uma questão situacional experimentada pelos sujeitos, resultando disso uma ênfase em determinadas concepções e experiências”. (DUDZIAK, 2003, p. 27). O ano de 1997 também foi marcado por várias iniciativas dentre as quais está a criação do *Institute for Information Literacy* da ALA - *Association of College e Research Libraries* (ACRL), com a finalidade de preparar bibliotecários e oferecer suporte para implementar programas educacionais no Ensino Superior. Outra iniciativa foi o apoio da ALA à organização *Library Instruction Round Table* (LIRT), uma entidade direcionada para a *Information Literacy*, a instrução e orientação bibliográfica, e por fim, o fomento da difusão da orientação bibliográfica e da *Information Literacy* pela instituição *Library Orientation Exchange* (LOEX) *Clearinghouse for Library Instruction*. Ressaltando que essa mesma entidade é responsável por organizar a *LOEX Conference on Library Instruction* anualmente (DUDZIAK, 2003).

Em março de 1998 a ALA publicou um relatório de atualização intitulado “*A Progress Report on Information Literacy: An update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*” contendo recomendações pertinentes ao assunto, e reiterando a importância de adequar os sistemas e profissionais da informação aos diversos recursos e fontes de informação, além de unir os ambientes educacional e profissional (DUDZIAK, 2002, 2003). De acordo com Dudziak (2003), ainda em 1998, uma pesquisa feita em um dos principais sites de busca da web, o Altavista, foi encontrado um número

significativo de resultados com a expressão *Information Literacy*, demonstrando que o assunto já despertava interesse. Desta forma, a década de 1990 foi um período no qual diversas iniciativas se estabeleceram e a *Information Literacy* se difundiu pelos continentes, buscando maior esclarecimento em relação ao conceito (DUDZIAK, 2003).

Conforme Vitorino e Piantola (2009), Cristine Bruce em 2000 lança um artigo intitulado de “*Information Literacy Research: Dimensions of the Emerging Collective Consciousness*”³ em que os estudos referentes à Competência em Informação (*Information Literacy*) são divididos em quatro fases:

- a) a primeira fase, no decorrer da década de 1980, denominada precursora está relacionada aos pioneiros da área, as pesquisas focavam as noções de habilidades informativas e elaboração de normas voltadas para os setores educacionais;
- b) a segunda fase, de 1990 a 1995, é marcada pelas discussões em torno do significado e as implicações da *Information Literacy* para programas educacionais e, denominada por Bruce de fase experimental;
- c) a terceira fase fica entre os anos de 1995 a 1999 e, é definida pela autora como fase exploratória. Este período é assinalado pela identificação e a exploração de diversos paradigmas concatenando a Competência em Informação com uma série de estudos, estando entre eles o cognitivismo e o construtivista. Outro fato que marca esta fase é o aumento de estudos com base na esfera trabalhista;
- d) a quarta e última fase, que inicia por volta dos anos 2000 e na qual a autora não acusa o término, diz respeito ao que ela chama de consciência coletiva por parte dos pesquisadores em relação ao espaço de estudos em torno da Competência em Informação. De acordo com a autora esses estudos vêm se expandindo e se estabelecendo como uma fonte de conhecimento relevante para educadores e todos os profissionais da informação.

Ainda nesta década, especificamente no ano de 2005, é realizado o *National Forum on Information Literacy*, colóquio em nível superior sobre Competência em Informação e Aprendizagem ao Longo da Vida, na Biblioteca de Alexandria, onde se encontra à disposição a Declaração de Alexandria sobre Competência em Informação contendo as regras para a *Information Literacy*. O documento “[...] declara que a Competência em Informação e o aprendizado ao longo da vida são os faróis da Sociedade da Informação, iluminando os

³ Pode ser traduzido como “Pesquisa da Literacia da Informação: dimensões da emergente consciência coletiva”.

caminhos para o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade”. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS, 2005). Em 2008 no prefácio do manual *Towards Information Literacy Indicators*, Abdul Khan, o Assistente do Diretor Geral para comunicação e informação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cita a Declaração de Alexandria por ser um documento que reconhece a *Information Literacy* como “um direito humano básico no mundo digital” (CATTS; LAU, 2008, p. 5, tradução nossa), pois a mesma capacita os indivíduos para fazer a busca, avaliação, uso e criar informações de forma adequada e efetiva para atingir seus propósitos em todas as atividades da vida (CATTS; LAU, 2008, tradução nossa).

No dia 1º de outubro de 2009, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, proclamou o “*October as National Information Literacy Awareness Month*” (o mês de outubro como o mês da Competência em Informação). De acordo com o documento a iniciativa surgiu em razão da quantidade de informação que todos os dias são produzidas e necessárias, o que tem desafiado as percepções em relação ao uso competente da informação. O objetivo da escolha de um mês nacional da consciência da Competência em Informação é destacar a necessidade de todos os americanos terem habilidades necessárias para navegação na Era da Informação (OBAMA, 2009). Na proclamação destaca-se o “[...]. Apelo ao povo dos Estados Unidos para reconhecerem a informação e o importante papel que desempenha nas nossas vidas diárias, e apreciarem a necessidade de uma maior compreensão do seu impacto.” (OBAMA, 2009).

Em 2012 foi realizado *The Moscow Declaration on Media and Information Literacy*⁴, Conferência Internacional da Competência em Mídia e em Informação na Sociedade do Conhecimento, na qual afirma que indivíduos, comunidades e nações necessitam de determinadas competências para buscar, avaliar criticamente, criar informações e conhecimentos variados. Nesse sentido, a *Information Literacy* capacita e cria novas oportunidades que podem aumentar a qualidade de vida das pessoas. O documento foi produzido com a colaboração de 40 países, estando o Brasil entre eles (MOSCOW..., 2012).

No ano de 2013, a UNESCO publicou o livro “*Overview of Information Literacy Resources Worldwide*”⁵. Atualmente a publicação encontra-se em sua segunda edição, ano de 2014. O livro é um relatório feito com todos os pesquisadores do mundo que trabalham com *Information Literacy*, e foi coordenado pelo professor Forest Woody Horton Junior. O conteúdo

⁴ Pode ser traduzido como “A Declaração de Moscow na mídia e Literacia da Informação”.

⁵ Em português pode ter a tradução como “Visão geral dos recursos da Competência em Informação no mundo todo”.

da publicação contém mais de 42 idiomas, apresentando publicações de destaque acerca da Competência em Informação no âmbito mundial. A proposta é manter essa base de dados como um importante repositório oficial multilíngue em todo o mundo. Para a realização desse banco de dados o professor Horton Junior contou com a contribuição e envolvimento coletivo de seus colegas e revisores. No Brasil destaca-se a participação da professora Elisabeth Dudziak, da Universidade de São Paulo (USP), que preparou uma lista dos materiais na língua portuguesa com a indicação de sites, publicações e documentos (HORTON JUNIOR, 2014).

Em 2013, a UNESCO criou um logotipo específico para a *Information Literacy* (uma marca para identificar os trabalhos e estudos sobre a temática).

Figura 1: Logotipo criado pela UNESCO em 2013



Fonte: Horton Junior (2013, p. 10).

O logotipo oficial em âmbito internacional da *Information Literacy* foi originalmente concebido há anos atrás pelo jovem artista cubano Edgar Luy Perez, no qual o vencedor de um concurso patrocinado pela IFLA. (HORTON JUNIOR, 2013, tradução nossa). A segunda edição do livro “*Overview of Information Literacy Resources Worldwide*”, datada em 2014, apresenta um novo logotipo para a Competência em Informação.

Em agosto de 2011 aconteceu o I Seminário de Competência em Informação, no XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), na Cidade de Maceió em Alagoas, e que deu origem à “Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação”. A Declaração foi elaborada pelos participantes do “Seminário sobre Competência em Informação: cenários e tendências”, organizado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e pela Universidade de Brasília (UNB). Realizado no CBBB pela FEBAB, com a Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia (AAPB) e apoio da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na cidade de Maceió (Alagoas). Neste seminário, a expressão “Competência em Informação” foi adotada para a tradução do termo “*Information Literacy*” (DECLARAÇÃO..., 2011).

Em 2013, na cidade de Florianópolis, aconteceu o II Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências, no XXV CBBB com a temática “Competência em informação e as populações vulneráveis: de quem é a responsabilidade?”. Na oportunidade foi elaborado o “Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias”. No documento são definidas as responsabilidades e ações a serem implementadas em prol da população menos privilegiada (MANIFESTO..., 2013).

No ano de 2014 foi realizado o III Seminário sobre Competência em Informação: cenários e tendências, na cidade de Marília, em São Paulo. O evento teve como tema a “Competência em Informação e Redes de Conhecimento Colaborativo”. No seminário foi elaborada a “Carta de Marília”, que reafirma a urgência e importância da Competência em Informação para o Brasil, e que apresenta diretrizes para o desenvolvimento da área. Nesse evento “CoInfo” tornou-se a abreviação oficial para a expressão Competência em Informação (CARTA..., 2014).

No mesmo ano de 2014, no mês de outubro, no XV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), ocorreu o “I Seminário sobre Competência em Informação do ENANCIB: integrando as redes dos pesquisadores: proposta de monitoramento e intercâmbio de atividades de pesquisa no Brasil”. O evento foi realizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e o IBICT, e aconteceu na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. A proposta do seminário foi criar um espaço para refletir, discutir e compartilhar as experiências e práticas, sobre Competência em Informação e sua Rede de Conhecimento Colaborativo dos pesquisadores dentro do campo da Ciência da Informação no Brasil. O evento convidou 23 especialistas e profissionais interessados no tema, devido seus experimentos e vivências, e nos

quais foram divididos em quatro Grupos de Trabalhos (GT), em que as seguintes questões foram apresentadas:

- a) Quais os aspectos que podem favorecer ou impedir a inserção da Competência como área estratégica nas agendas de gestão de órgãos governamentais e da sociedade civil no Brasil?
- b) Quais as temáticas de relevância que devem envolver a pesquisa e o ensino da Competência em Informação e que poderão apoiar a inserção dessa área estratégica nas agendas de gestão de órgãos governamentais e da sociedade civil no Brasil? (SEMINÁRIO SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2014, p. 5).

Após discussões, reflexões, sugestões de estratégias de ação, cada GT apresentou os resultados obtidos dos debates em forma de recomendações à Coordenação do Seminário para serem utilizadas como guia às ações do IBICT, no intento de consolidar a Competência em Informação no Brasil. Os formulários contendo as discussões resultantes e as recomendações acordadas pelos GT ao final foram sistematizados para serem publicados em documento impresso e eletrônico no formato de Relatório Geral do Evento, com a finalidade de que esses resultados sejam divulgados em âmbito nacional e internacional (SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2014).

No XVI ENANCIB, ocorreu o II Seminário sobre a Competência em Informação do ENANCIB, no ano 2015, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa na Paraíba, que teve como objetivo dar continuidade aos debates sobre a Competência em Informação, com participação de pesquisadores, professores, alunos e gestores com desígnio de inclusão de ações e fortalecimento das Redes de Conhecimento Colaborativo no Brasil. Neste seminário foi ressaltada a relevância de uma rede colaborativa com o mapeamento da Competência em Informação para que se possa compartilhar e utilizar a informação estrategicamente na educação ao longo da vida de usuários e bibliotecários, além do fato da rede impulsionar a infraestrutura informacional em âmbito nacional, dentro do contexto da Sociedade da Informação e Conhecimento. Nessa oportunidade o IBICT apresentou os encaminhamentos feitos acerca da temática. Desta forma, dentre as solicitações encontra-se estabelecer uma rede de colaboração entre as instituições educacionais e de pesquisa, mudança curricular de modo que o profissional seja mais qualificado, um programa voltado para a difusão do conhecimento científico e tecnológico, cooperação de modo a otimizar os processos de acesso e uso da informação, e além disso, a rede deve atuar de maneira que

contribua tanto na formação dos profissionais quanto na dos usuários da informação. Para tanto, foram incluídas como propostas a criação de um mapa da Competência em Informação em âmbito nacional, instituir uma rede em que o ensino, a pesquisa e extensão possam se relacionar, e também que o tema faça parte dos assuntos abordados no site do IBICT (SEMINÁRIO SOBRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2015).

Em maio de 2015 foi realizado o “I Fórum sobre Competência em Informação: pesquisas e práticas no Rio de Janeiro”, organizado pelo Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O propósito desse evento foi criar um espaço para troca de experiências, e estudos para promover aperfeiçoamento da prática profissional dos pesquisadores e bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro que atuam na Competência em Informação (FÓRUM SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, 2015).

Ainda no ano de 2015, no mês de junho, aconteceu o “II Fórum de Discussão: *Information Literacy*, possíveis caminhos e reflexões”, em Vitória no Espírito Santo, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O Fórum teve como objetivo promover a interação com bibliotecários, professores e alunos do Curso de Biblioteconomia e comunidade interna e externa à Universidade, para dar prosseguimento às reflexões a respeito da *Information Literacy* e as várias designações utilizadas para a expressão no Brasil. Organizado em parceria com o Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB 6) e o Departamento de Biblioteconomia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFES (CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2015; GERLIN, 2015).

No mês de junho, do ano de 2016, foi realizado no Instituto Nacional de Tecnologia (INT) o “I Seminário Temático da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa (RBP)” do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) na Cidade do Rio de Janeiro. O evento promovido pelo IBICT teve como temática a Competência em Informação e dados de pesquisa. A mesa redonda “Competência em Informação” contou com a participação de Lidia Mendes, chefe da Seção de Informação e Prospecção Tecnológica (SIPT), professora Regina Belluzzo da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Ester Omellia, coordenadora da Rede de Bibliotecas Públicas de Barcelona (Espanha), e discutiu a questão do papel estratégico dos profissionais bibliotecários de pesquisa voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico nas instituições. Outros pontos abordados foram sobre aumentar o número de publicações a respeito da competência, além da apresentação do projeto que integra as

bibliotecas universitárias e de pesquisas criado pela RBP, IBICT, e em parceria com a UNB (BRASIL, 2016).

No dia 6 de outubro de 2016, no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB) foi realizado o II Fórum sobre Competência em Informação: pesquisas e práticas no Rio de Janeiro organizado pelo CBG da UFRJ. O intento do evento foi reunir profissionais ligados à Competência em Informação para debater sobre os trabalhos produzidos em torno da mesma, as suas práticas, e os resultados obtidos no âmbito profissional (FÓRUM SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, 2016).

Em 25 de novembro de 2016, no XVII ENANCIB cujo tema foi “Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT) realizou-se o III Seminário sobre a Competência em Informação do ENANCIB, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador. O evento teve por finalidade servir de espaço para que pudesse dar continuidade à discussão e compartilhamento de experiências e práticas sobre a Competência em Informação além de sua articulação junto as Redes de Conhecimento Colaborativo no Brasil. O evento recebeu apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), por intermédio do IBICT, da UNB, da UNESP e da ANCIB (SEMINÁRIO SOBRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ENANCIB, 2016).

A *European Conference on Information Literacy* (ECIL) é uma conferência internacional que acontece anualmente e reúne pesquisadores, profissionais da informação, especialistas em mídia, educadores, decisores políticos, ambientalistas e demais profissionais no intento de compartilhar conhecimento e experiências. O objetivo principal do evento é buscar informações sobre Alfabetização e Aprendizagem ao Longo da Vida. A cada ano a ECIL é organizada em um diferente país da Europa. Em outubro de 2013 foi realizada a “*I European Conference on Information Literacy*”, em Istambul na Turquia. Em 2014 a “*II European Conference on Information Literacy*” aconteceu em Dubrovnik na Croácia. Em sua terceira edição, em 2015, trouxe o tema “*Information Literacy in the Green Society*”, em Tallinn na Estônia. Em sua quarta edição, em outubro de 2016, com a temática “*Information Literacy in the Inclusive Society*” o evento aconteceu em Praga, República Checa (EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY 2013, 2014, 2015, 2016, tradução nossa).

Isto posto, a Competência em Informação tem sido assunto de estudos e práticas desde a década de 1970. Contudo, percebe-se que foi a partir dos anos 2000 que aconteceu a intensificação dos debates ao redor do tema, principalmente, em nível nacional.

Definir Competência em Informação é algo complexo diante do número considerável de possibilidades concebidas por diversos autores. O dicionário *Webster* (1981, p. 63 apud

FLEURY; FLEURY, 2001, p. 184), define competência como “Qualidade ou estado de ser funcionalmente adequado ou ter suficientemente conhecimento, julgamento, habilidades ou força para uma determinada tarefa”.

De forma geral indica-se a Competência em Informação a partir de quatro etapas: reconhecer a necessidade da informação, localização, avaliação e uso. A Competência em Informação está relacionada às habilidades que um sujeito tem em relação ao trato com a informação. Assim sendo, na concepção de vários autores, é competente em informação o indivíduo que sabe reconhecer que ele precisa buscar a informação; sabe localizá-la utilizando fontes adequadas e sabe usá-la de maneira ética.

No entendimento de Dudziak (2003, p. 28-29) o objetivo da Competência em Informação (*Information Literacy*) é:

[...] preparar indivíduos que consigam identificar a natureza e a dimensão de sua necessidade informacional.

Que tenham capacidade de identificar e manusear fontes potenciais de informação, se familiarizando com as diversas mídias de informação (jornal, televisão, internet...) Tenham senso crítico para avaliar a informação, e fazendo uso dos critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica e ética.

Use e comuniquem a informação com propósito específico, seja individualmente ou dentro de um grupo, e desta forma gerar novas informações e necessidades informacionais.

Sejam indivíduos independentes no que tange o aprendizado, que inclusive deve ser ao longo da vida, ou melhor, a Competência em Informação deve fomentar educação continuada.

A UNESCO adota o seguinte conceito para a expressão:

A Competência em Informação capacita as pessoas para buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir as suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais, e é um direito humano básico num mundo digital, e promove a inclusão social em todas as nações. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA; INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2005 apud ALVES; ALCARÁ, 2014, p. 86).

No entanto, entre as diversas definições a da ALA, corporação fundada em 6 de outubro de 1876 e que se configura na maior e também a mais antiga associação de bibliotecas do mundo, é a mais citada na literatura (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016, tradução nossa):

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. (...) Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, p. 1 apud DUDZIAK, 2010, p. 7).

A ACRL é uma divisão da ALA criada no ano de 1940. Esta associação representa um número acima de 11 mil bibliotecários acadêmicos e de pesquisas (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016, tradução nossa). Em 11 de janeiro de 2016 foi aprovado pelo Conselho da ACRL o documento *Framework for Information Literacy for Higher Education* cuja tradução pode ser Quadro para a Alfabetização Informacional para o Ensino Superior, declarando que:

Competência em Informação é o conjunto de habilidades integradas que abrangem a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e participando de forma ética em comunidades de aprendizagem. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016, p. 3, tradução nossa).

A cada avanço tecnológico surge uma novidade para a vida do cidadão. Algo que pode influenciar com mais ou menos intensidade o cotidiano, seja nas atividades domésticas, no lazer ou no ofício. No entanto, para o bibliotecário a exigência em relação às habilidades para lidar com a evolução tecnológica, que por sua vez, afetam sua maneira de executar as atividades da profissão, é cada vez maior. Nesse sentido, a finalidade precípua da Competência em Informação é proporcionar ao profissional bibliotecário, ou qualquer outro que trabalhe com informação, aptidão para desempenhar sua função com responsabilidade.

A profissão de bibliotecário nunca mais será a mesma, uma prova disso é a própria denominação que ele passou a receber: profissional da informação. Com as transformações causadas pela tecnologia, a explosão da internet, o *Big Data* (grande fluxo de volume de dados), suportes variados (*CD, DVD, Pen Drive, e-book* etc) e informação em vários formatos (texto, imagem, vídeo, música etc). Sob esse contexto nota-se a necessidade de habilidades para acompanhar as sucessivas transformações causadas pelas tecnologias e que impactam em todas as áreas. Ser competente em informação não é mais uma exigência que atinge unicamente os profissionais da informação. No dia a dia também há que ser competente para lidar com essa questão, pois a avaliação das fontes de informação surge como habilidade

essencial no exercício da cidadania. Avaliar requer senso crítico, requer averiguar a veracidade dos fatos de modo que a visão ou julgamento construído sobre algo não sejam influenciados e direcionados.

3 BUSCA E RECUPERAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO

Devido a todas as transformações provenientes dos avanços na tecnologia, mais as inúmeras alternativas de fontes, entende-se que o ato de buscar ou recuperar aquilo que é relevante, mesmo com tantos recursos à disposição pode não ser mais algo tão simples. As mudanças trouxeram impacto ao Comportamento (prática) Informacional dos usuários.

Antes do advento da internet as informações eram oriundas, geralmente, de coleções e localizadas com mais facilidade. No entanto, com a explosão da *Web*, a pluralização dos buscadores que se tornaram uma das principais ferramentas de buscas entre os indivíduos, as diferentes maneiras de buscar, localizar e recuperar a informação, além da multiplicidade de documentos de dimensões desiguais, se fez necessário uma nova postura (SIQUEIRA, 2013). Dessa forma ter conhecimento de como as ferramentas funcionam, como atuar na web e, saber selecionar as fontes é primordial para não comprometer o processo de busca e recuperação da informação.

Outro ponto no que se refere ao assunto é que com a expansão da *Web* e das próprias fontes novos serviços de busca e recuperação da informação foram criados. Entre esses recursos estão a Disseminação Seletiva da Informação voltada para administrar melhor o conhecimento e os serviços para aprimorar as buscas de forma que os indivíduos atinjam o seu objetivo com eficácia, isto é, adquirir informação relevante. Destacam-se, neste caso, os serviços da internet que faz averiguação dos fatos o chamado *Fact Check* e o *Discovery Services* (Serviços de Descobertas) recursos que são algumas das abordagens nos próximos tópicos.

3.1 FONTES DE INFORMAÇÃO

Fontes de informação, também denominada de recursos informacionais, de acordo com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, mais conhecido como Bireme (2001, p. 7 apud SAVI; SILVA, 2009 p. 182) “[...] significa qualquer recurso que responda a uma demanda de informação por parte dos usuários, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, etc.” Em outras palavras, fontes de informação podem ser quaisquer meios pelos quais um indivíduo utilize para a obtenção da informação, seja um documento, dados ou por intermédio de outros indivíduos.

Grogan (1970) categoriza as fontes de informação de três formas: primárias, secundárias e terciárias. Nos quadros abaixo elas são apresentadas conforme sua classificação:

Quadro 1: Fontes Primárias

Periódicos	Patentes
Relatórios de pesquisa	Normas
Anais de eventos	Literatura comercial
Relatos de expedições científicas	Teses e dissertações
Publicações oficiais	

Adaptado de Grogan (1970, p. 14).

Para o autor as literaturas primárias ou fontes primárias são aquelas que têm como características principais possuir novos conhecimentos, releitura de ideias ou fatos antigos e são constituídas por informações mais recentes. Grogan (1970) também ressalta que alguns desses documentos apesar de não serem publicados podem ser consultados direto com aqueles que o produzem, como é o caso dos cadernos de laboratórios e os memorandos.

Quadro 2: Fontes Secundárias

Periódicos	Monografias
Serviços de indexação e resumo	Tratados
Revisões	Livros didáticos
Livros de referência	

Adaptado do Grogan (1970, p. 15).

O autor acrescenta que este grupo é formado a partir das fontes primárias e representam o conhecimento já existente, isto é, o conhecimento “trabalhado” (GROGAN, 1970).

Quadro 3: Fontes Terciárias

Anuários e diretórios	Bibliografias
-----------------------	---------------

Adaptado do Grogan (1970, p. 15).

O objetivo primário dessas fontes é auxiliar o pesquisador a pesquisar nas fontes primárias e secundárias (GROGAN, 1970). Estas são fontes consideradas pelo autor como

incomuns por se tratar de obras que na maior parte não contém o conhecimento “sujeito” em tudo (Grogan, 1970). São materiais direcionados só para consulta e de leitura superficial.

Targino (2000) destaca que a comunidade científica para divulgar seus trabalhos com informações comprovadas se utiliza da comunicação formal ou estruturada e, para trocar informações e ideias a respeito de estudos em desenvolvimento faz uso da comunicação informal ou não estruturada. Afora essas duas formas há também a comunicação semiformal. A autora acrescenta que a comunicação formal se dá por intermédio da comunicação escrita nos diversos suportes como o livro e o periódico. A comunicação informal, ao contrário, acontece por meio de troca de informações pelos canais interpessoais e quaisquer recursos que não envolva formalismo, por exemplo, uma reunião ou correspondência. A semiformal envolve concomitantemente aspectos das fontes formais e informais como é o caso de eventos técnicos científicos e, assim como a comunicação formal ela também propicia debates entre os pares das áreas do conhecimento podendo gerar mudanças ou a validação do teor original.

Em sua obra sobre fontes de Informação em Ciência e Tecnologia (ICT), Cunha (2016) reforçando o que Targino (2000) disse, esclarece que fontes de informação não possuem uma definição restrita, considerando-se que são documentos que abarcam desde manuscritos, publicações impressas e eletrônicas, obras de artes, peças de museu e demais objetos e documentos que possam atender algum tipo de demanda. Afora as fontes citadas pelo autor nas quais podem ser classificadas como formais ou semiformais ainda existem as fontes informais que ele apresenta, como exemplo, as cartas, comunicação oral, mensagem eletrônica como e-mail ou software para trocar mensagens de texto em *smartphones*, entre outros recursos.

As fontes de ICT possuem características em comum sendo as mais importantes: o formato, a universalidade, e acumulação dos conhecimentos. Ou seja, possuem formatos diversificados, é utilizada por profissionais espalhados pelas inúmeras regiões mundiais e o conhecimento da ciência e tecnologia é formado pelas informações coletadas durante o decorrer do tempo.

Cunha (2016) adota a mesma tipologia e arranjo, empregados por Grogan (1970), para classificar as fontes de informação. Desta forma, o autor também as classificam como fontes primárias, secundárias e terciárias. Nos seus estudos nota-se a ampliação daquelas apresentadas por Grogan (1970), o que demonstra que a tipologia da fonte de informação dependerá do item e, principalmente, do uso que se faz desse item. A respeito da eficácia, Cunha (2016) também evidencia que para atingir o sucesso na pesquisa ou em alguma

atividade direcionada à ciência e tecnologia é necessário que se faça uso regularmente das fontes adequadas, sejam elas de quaisquer formatos podendo ser impressos ou eletrônicos.

3.1.1 Buscadores

De acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia buscador ou mecanismo de busca é “[...] recurso que o usuário escolhe para montar de uma estratégia de busca com operadores booleanos de forma simplificada”. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 60). No ano de 1996, a expansão da internet, a criação da *World Wide Web* (WWW) e do *browser Mosaic*, considerado o navegador pioneiro, proporcionou ao usuário ter acesso a uma quantidade demasiada de informações na web. Contudo, isso gerou uma dificuldade, pois, se por um lado possibilitava ao usuário obter inúmeras informações espalhadas em *homepages* (páginas iniciais), por outro lado, distinguir uma *homepage* das demais existentes tornou-se um problema porque as informações eram completamente desorganizadas, eram buscas sem estrutura ou um caminho definido. O usuário acessava uma página conhecida e “navegava” a partir de links até encontrar a informação de interesse (CUNHA, 2016). Sobre a explosão da WWW, Cunha diz (2016, p. 130) que “[...] tivemos uma avalanche de informações, similar a um depósito de documentos não-classificados.” Desta forma surge a questão de como transformar informações desordenadas em algo próximo a uma biblioteca. Despontam, então, os diretórios eletrônicos denominados mecanismos ou motores de busca como uma maneira de recuperar informação de qualidade na internet, podendo ser considerado um repositório eletrônico de informações. O número de buscadores teve um crescimento considerável, e devido sua semelhança com uma coleção de referência de biblioteca que para buscar a informação se faz necessário consultar diferentes fontes de referência, tal semelhança faz com que o procedimento nos buscadores seja o mesmo, sendo importante pesquisar em distintos buscadores no intento de adquirir a melhor resposta, ou seja, mais atualizada e maior qualidade (CUNHA, 2016). O autor explica que cada buscador trabalha de uma forma, e por consequência, cada um possui um determinado grau de dificuldade, afetando o resultado da busca que por vezes é impreciso e vago. Quanto aos metabuscadores, ou metamecanismos de busca e metamotor, ele expõe que trata-se de um mecanismo que tem a função de buscar por um termo específico em vários buscadores, é um recurso que oferece resultados mais abrangentes do que procurar em um mecanismo apenas (CUNHA, 2016).

Em conformidade com Guimarães (2008) a internet possibilita ao usuário, por meio de um programa navegador mais conhecido como *browser*, acessar uma vasta quantidade de

endereços na web que podem direcioná-lo para a informação de seu interesse. Entre essas ferramentas a mais conhecida é a máquina de busca que são programas usados ou acionados por meio de navegadores, e que são mantidas por empresas que possuem grandes bancos de dados, que por sua vez, contêm referências a páginas da web fazendo uso de palavras-chave. A web é constantemente monitorada e, cada vez que uma página diferente é detectada ela é incorporada ao banco de dados dessas empresas, e as palavras-chave da página são indexadas. Sendo assim, toda vez que o usuário solicita uma pesquisa usando uma palavra-chave ou uma combinação booleana de palavras-chave, a máquina de busca faz uma averiguação na base de dados e notifica ao usuário os endereços das páginas que contêm as palavras desejadas. O Google é considerado atualmente uma das máquinas de busca da internet mais popular, provavelmente devido ao tamanho de seu banco de dados possibilitando acesso à quantidade extraordinária de informações. Pressupõe-se que ele possua mais de 9 bilhões de páginas indexadas (CUNHA, 2016). Na opinião de Guimarães (2008) o Google é um dos melhores buscadores da internet em número de sites indexados, apresentando resultados por relevância.

No entanto, Cunha (2016) adverte que os mecanismos de busca não indexam tudo que está na web. A web invisível é a parte da web em que os robôs (ou aranhas) denominação dada os programas de busca responsáveis pelo monitoramento dos conteúdos que circulam na web, não conseguem penetrar e por consequência não realizando a indexação. Trata-se nesse caso, dos locais onde ficam os bancos de dados e portais que exigem senha ou pagamento para que possam ser acessados. Além de que, os buscadores não fazem nenhum tipo de classificação ao indexar automaticamente as informações. A prioridade desses mecanismos é em alcançar uma vasta quantidade de informações, a seletividade é menos importante.

3.1.2 Metabuscares e Serviços de Descoberta

As buscas pela informação nas bibliotecas eram feitas pelo catálogo tradicional contendo material impresso e posteriormente criou-se também um catálogo para as coleções audiovisuais ou iconográficas. Entretanto, essas coleções tinham que ser tratadas separadamente, ficavam em locais diferentes e desvinculadas do material impresso, dificultando para o usuário que se via obrigado a fazer diversas estratégias de busca em mais de um instrumento. Com a inserção de outros recursos informacionais (vídeo, gravação de som, tridimensional etc.) e com o propósito de facilitar a busca do usuário, há necessidade de que a consulta possa ser feita em um único local que ofereça os diversos tipos de dados (SERRA, 2013). Com o tempo as bibliotecas deixaram de usar somente seus acervos físicos

ou digitais passando também para os serviços de informação de conteúdo digital, podendo esses serem licenciados ou assinados, permanente ou temporário com acesso a diversas bases de dados, repositórios, periódicos eletrônicos, e-books e demais materiais disponíveis. Contudo, devido ao fato de que cada ferramenta assinada/acessada possui sua própria plataforma o mesmo problema volta a se repetir, isto é, repetição da estratégia de busca nos instrumentos. Surge, então, como solução os metabuscadores (programas que vasculham a internet em busca de informações em vários sites, simultaneamente) e os serviços de descoberta (SERRA, 2013; FOLHA DE SÃO PAULO, 2010).

Busca federada ou pesquisa integrada são algumas das denominações recebidas pelas metabusca. Essa forma de recuperação da informação consiste em consultar diversas fontes, concomitantemente, apresentando os resultados em uma única interface. Além disso, a metabusca ao realizar sua pesquisa em uma única caixa de texto reproduz a mesma experiência que os usuários têm com o Google (MARANHÃO, 2011). Conforme Sá (2013) a tecnologia de metabusca oferece várias possibilidades, podendo ser buscas simultâneas, com referências cruzadas, paralelas, buscas em rede ou integradas. Este processo de busca consiste em utilizar uma expressão que será pesquisada em diversas fontes informacionais.

Serra (2013) faz algumas observações sobre os metabuscadores. Quanto maior o número de bases integradas, maior o tempo de demora em resposta; a velocidade da pesquisa vai depender da velocidade de conexão de cada uma das fontes podendo haver falhas; a ordem dos resultados, no quesito relevância, vai de acordo com o critério empregado por cada fonte e a duplicação de registro também é outro ponto, pois, o mesmo registro pode se encontrar em fontes distintas. Maranhão (2012) ressalta que a busca federada, inicialmente, se mostrou um grande passo ao possibilitar consulta a inúmeras fontes ao mesmo tempo e, resultado por meio de uma interface apenas, ao invés de visitar dezenas. Porém, com a demanda por velocidade e relevância aparecem novas ferramentas, surgindo os serviços de descoberta na web.

O *discovery services*, em português denominado como serviços de descobertas, as bases de dados são pesquisadas previamente, os metadados são coletados e reunidos em um único local, gerando assim sua própria base de dados com as informações recuperadas (MARANHÃO, 2011; PAVÃO; CAREGNATO, 2015). As vantagens no serviço de descoberta estão na velocidade da recuperação da informação sem o problema de tempo de resposta de cada base; os dados recolhidos recebem o mesmo critério para relevância; os metadados e os textos completos são indexados; eliminam-se os registros repetidos; atualização automática da base por consequência das rotinas de coleta e apresentação de uma

interface familiar ao usuário (SERRA, 2013). Isso não significa que esse sistema não possa apresentar problemas, para Patil e Gopal (2011 apud PAVÃO; CAREGNATO, 2015) centralizar os registros em um único local pode gerar falhas, caso esse ponto de acesso não funcione corretamente e gerar pontos de estrangulamento como, por exemplo, o hardware não ter capacidade suficiente ou incapacidade do próprio link de acesso à base. Palmonari e outros (2011 apud PAVÃO; CAREGNATO, 2015) alertam que para a busca de serviços de descoberta em rede é imprescindível que os usuários tenham um determinado grau de experiência para que os mesmos possam identificar os dados pertinentes e, depois encontrar os serviços relevantes, pois selecionar material valioso em uma gama de informações que são recuperadas na busca, não é uma atividade fácil.

3.2 BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Buscar uma informação é o ato de procurar, averiguar, pesquisar os possíveis locais em que ela pode estar armazenada para então adquiri-la, ou recuperá-la novamente.

Araújo Júnior (2007), ao citar os autores Belkin e Croft (1987), conceitua a busca e recuperação da informação como um processo para a localização de todo tipo de documento ou objeto considerado informativo e que foi armazenado, para que no momento de uma solicitação esses possam ser acessados e recuperados.

Busca e recuperação da informação em um passado não muito distante, significava localizar a informação no suporte em que se encontrava, seja um livro, um periódico ou outro impresso e resgatá-la para um determinado fim. Na contemporaneidade, discorrer sobre o tema busca e recuperação da informação envolve uma série de elementos entre os quais estão as diversas fontes de informação. Observando esse cenário percebe-se que grande parte da população absorve qualquer tipo de informação sem muitas das vezes se valer do bom senso. Com isso, é possível inferir que, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico e suas facilidades trouxeram inúmeros benefícios, elas também influenciaram significativamente a maneira do sujeito se relacionar com a informação. Essa interação abrange a busca, a recuperação e o uso que se faz dessa informação ou a sua disseminação. Logo, buscar e recuperar exige cautela em relação ao local em que a informação está hospedada, e a avaliação da veracidade de seu conteúdo para adquirir e difundir algo que seja relevante e consistente. Buscar e recuperar informações requer senso crítico e conhecimento dos recursos disponíveis. Na concepção de Eirão (2009, p. 21) “É exatamente na facilidade que surge a grande dificuldade, [...]”. Sobre os motores de busca o autor levanta a questão de que informação

disponível não quer dizer obrigatoriamente que ela vai estar ao alcance do usuário (EIRÃO, 2009).

Com o desenvolvimento tecnológico e maior fluxo de informações, a Disseminação Seletiva da Informação (DSI) surgiu como um instrumento para gerir de maneira mais eficaz o conhecimento dentro das organizações. A DSI ou *Selective Dissemination Information* (SDI) foi desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960 por Hans Peter Luhn, cientista da computação da *International Business Machines* (IBM), pioneiro do *Business Intelligence* (Inteligência de Negócios) e também responsável pela criação do algoritmo Luhn e KWIC (Palavras-chave em contexto) para indexação e DSI (QUOTE..., 2015, tradução nossa). Luhn (1961, p. 132 apud EIRÃO, 2009, p. 22) compreende que DSI é “[...] aquele serviço dentro de uma organização que se refere à canalização de novos itens de informação, vindos de quaisquer fontes, para aqueles pontos onde a probabilidade de utilização, em conexão com o interesse corrente do usuário, seja alta”. Conforme Eirão (2009), esse sistema foi criado para que pudesse ajudar os cientistas a buscar informações relevantes para o desenvolvimento de suas pesquisas empregando menor esforço. Todavia, de acordo com Almeida (2008), essa modalidade de serviço já era oferecida, sobretudo, nas bibliotecas especializadas de forma manual baseando-se no acervo de periódicos *in loco*. Com as inovações tecnológicas esse serviço foi migrando aos poucos para o formato eletrônico e sistemas informatizados e por consequência gerou mais rapidez nas pesquisas.

Sampaio e Moreschi (1990, p. 39) conceituam a DSI dentro da Biblioteconomia da seguinte forma:

A palavra disseminar, quando empregada na área de Biblioteconomia, tem o sentido de semear, espalhar a informação, ou seja, o ato de levar ao conhecimento do usuário os documentos novos recebidos pela biblioteca, ou, ainda, num sentido mais amplo, divulgar entre os leitores as publicações relevantes e atuais para que possam através da atualização constante desenvolver suas pesquisas e projetos.

Por se tratar de um serviço baseado no perfil de interesse (personalizado), a DSI proporciona praticidade e rapidez ao usuário, pois tem como particularidade antecipar as necessidades do usuário, antevendo o que pode ser relevante para ele, facilitando a pesquisa e poupando seu tempo na busca. Em geral, como serviço biblioteconômico a DSI se encontra dentro do serviço de referência, setor que mantém contato direto com os usuários (EIRÃO, 2009).

Conclui-se que a personalização tem grande serventia aos usuários por ser um recurso que otimiza o processo de busca e recuperação da informação, especialmente no meio

acadêmico. Na concepção de Camargo e Vidotti (2007) este recurso também aplicado pelos motores de busca apresenta-se como um serviço mediador que propicia direcionar, disseminar e oferecer informações para determinados usuários. No entanto, Torres Júnior (2004 apud CAMARGO; VIDOTTI, 2007) compreende que atividades de personalização são meramente recomendações das Websites aos usuários.

De acordo com Pariser (2012) há alguns aspectos a serem considerados em relação à personalização aplicada pelos buscadores (ou motores de busca). As respostas truncadas (incompletas) e, os fatores quantidade e relevância na recuperação da informação são mais alguns dos questionamentos a respeito dos resultados de pesquisas dessas ferramentas. Tem-se que um mesmo termo recupera documentos diferentes tanto em relação ao conteúdo, quanto ao número obtido de documentos, variação que depende de quem acessa e do local em que se acessa. Isso significa que os resultados não são imparciais e neutros, e por consequência, os conteúdos adquiridos podem estar cerceados não se apresentando na íntegra e não revelando os vários ângulos sobre a temática. Em consequência, o indivíduo não tem oportunidade de conhecer melhor o assunto, se aprofundar mais, e a partir disso construir o seu saber. Essa é uma questão relevante a respeito da personalização na web. Se por um lado são direcionados só conteúdos considerados pertinentes e de interesse do usuário, por outro o usuário deixa de ter acesso a outros documentos que possam agregar conhecimento, devido à busca baseada no perfil de interesse.

3.3 *FACT CHECK*

Com o aumento em quantidade e diversidade das fontes de informação e a atitude solidária sobre o uso de fontes de informação, obter informações que tenham como características a qualidade, a relevância e veracidade tornou-se uma tarefa que exige maior capacidade de avaliação e senso crítico dos usuários. Dentro desse contexto surge na internet o serviço denominado “*fact check*” que pode ser traduzido como “verificação de fato”. O *fact check* é um sistema utilizado pelas agências de notícias para verificar o grau de fidedignidade da informação disseminada (COMUNIQUE-SE, 2016). Jornais eletrônicos como *The Washington Post* (KESSLER, 2016), *PolitiFact* (2016), Observador (2016) ou a agência Lupa (LUPA, 2016) são algumas das empresas que fazem uso desse recurso. A ideia é checar, principalmente, o que pessoas importantes como políticos e líderes sociais falam, ou seja, a qualidade das informações fornecidas por eles. A Lupa é a primeira agência brasileira a fazer checagem de notícias, e além desse serviço também verifica a veracidade das mensagens dos

slogans e imagens (COMUNIQUE-SE, 2016; LUPA, 2016). Nesse mesmo caminho, recentemente, o Google Notícias (GARRETT, 2016) também anunciou que irá sinalizar quando o conteúdo de uma informação é autêntico no intuito de separar a notícia genuína dos boatos. O mecanismo será realizado por intermédio de *tags* (etiquetas), isto é, referem-se às palavras-chave relevantes aplicadas às informações pelos próprios responsáveis pelo conteúdo na internet. Entretanto, o Google garante que haverá monitoramento no uso desse recurso para assegurar que fontes de informação enganosas ou com conteúdos adulterados utilizem o *fact check* indevidamente para ludibriar o leitor (GARRETT, 2016).

4 PRÁTICA INFORMACIONAL

Os estudos de usuários têm sua origem nos Estados Unidos, durante a década de 1930, em bibliotecas e com os objetivos de identificar os hábitos de leitura dos usuários e identificar o potencial da biblioteca como ambiente socializador e, que posteriormente ficou conhecido como “estudos de comunidade”. No fim da década de 1940 surgem os estudos de “uso da informação” no âmbito da comunicação científica, inicialmente, nos Estados Unidos e União Soviética e após algum tempo em outros países (ARAÚJO, 2016; LEITÃO, 2005 apud ARAÚJO, 2012).

Araújo (2016) também ressalta que em vários países o tema “estudos de usuários” passou a ser comumente abordado na graduação e pós-graduação nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI). No entanto, no Brasil, os estudos de usuários têm seu início nos programas de pós-graduação da CI a partir da década de 1970 e, posteriormente, durante a década de 1980 passou a integrar os currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia. Desta forma, se faz necessário esclarecer que para entender as “Práticas Informacionais” é necessário olhar para os estudos de usuários, temática que compõe alguns campos do saber, como a CI e a Biblioteconomia, que têm como foco a informação e a relação do usuário com ela na sua construção coletiva.

No decorrer dos anos o “objeto” da CI foi se modificando, e assim, surgiram novos paradigmas (QUEIRÓZ; MOURA, 2015). Entre os estudos sobre esse tema o de Rafael Capurro se configura como um dos mais importantes. Em novembro de 2003, na Conferência do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, em Belo Horizonte, produzida pelo Programa de Pós-Graduação em CI com o tema central “Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio”, Rafael Capurro apresentou o trabalho “Epistemologia e Ciência da Informação” dissertando sobre os paradigmas da CI (ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003). De acordo com Capurro (2003) os paradigmas apontados em seu trabalho são denominados: paradigma físico, cognitivo e social. Para Araújo (2012) as discussões levantadas por Capurro (2003) a respeito dos paradigmas foram de grande relevância para a área no Brasil e internacionalmente. Sobre o conceito de paradigma, Capurro diz:

Como a palavra paradigma mesmo o indica — do grego paradeigma = exemplar, mostrar (déiknumi) uma coisa com referência (pará) a outra — o paradigma é um modelo que nos permite ver uma coisa em analogia a outra (2003, p. 3).

Conforme Capurro (2003) a CI surgiu na metade do século XX, inicialmente com um conceito de informação denominado de paradigma físico. Porém, este foi criticado por estudos que defendiam um modelo cognitivo, que por sua vez também sofreu críticas conduzindo assim a um terceiro modelo, o paradigma social. Nos estudos de Capurro (2003) o paradigma físico foi inspirado na Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver. Ele defende a ideia de que há um “objeto físico” que será transmitido de um ponto ao outro, assim como na Teoria Matemática da Comunicação em que uma mensagem ou signo é transmitido do emissor para o receptor. Dentro dessa perspectiva “[...] a informação é entendida como um fenômeno objetivo, com existência independente dos sujeitos e dos contextos, algo possível de ser transmitido tal como é de um ponto a outro num processo de comunicação”. (ARAÚJO, 2012, p. 146). No paradigma físico o usuário tem a sua participação excluída de todo o processo informacional (MARCIAL et al., 2007). Buckland (1991) define a informação de três formas: a “informação como processo”, “informação como conhecimento” e a “informação como coisa”. Neste último conceito “a informação como coisa” é qualquer objeto que possua valor informativo, é o conhecimento comunicado, e engloba os documentos, textos, dados e objetos, assim como no paradigma físico. Nesse sentido, para Capurro (2003) a raiz do paradigma físico está nas atividades clássicas da Biblioteconomia e Documentação. Que era cuidar do objeto físico por representar a informação materializada, para ser disponibilizado para seus usuários ou para guarda.

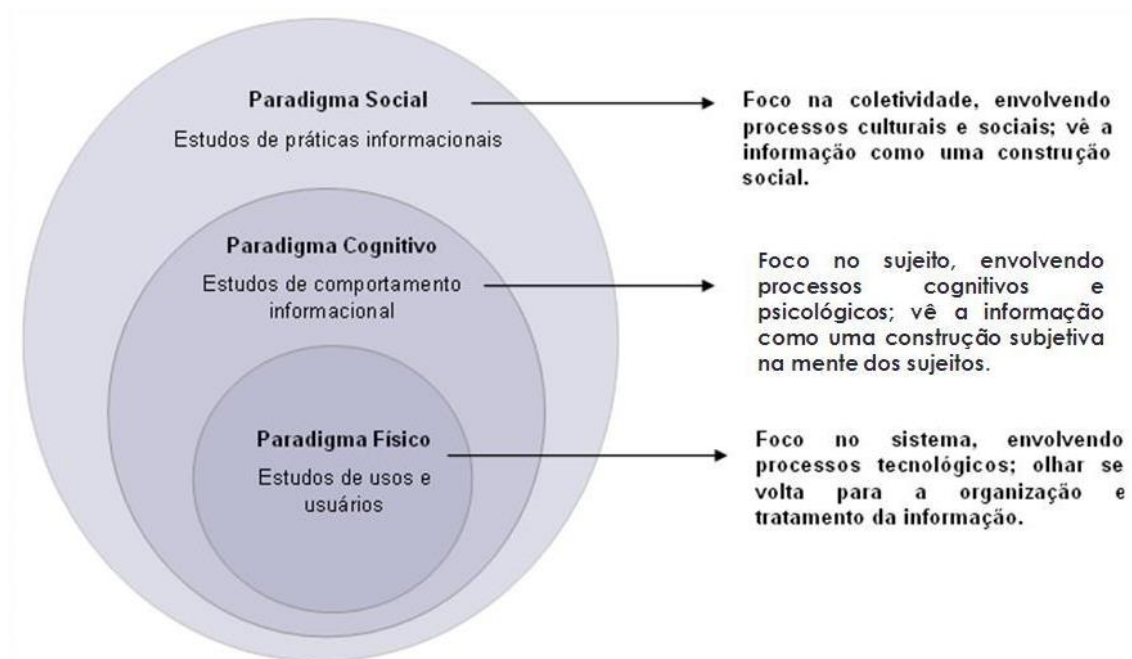
O segundo paradigma de Capurro (2003), denominado de paradigma cognitivo, teve como base a ideia da bibliografia universal de Paul Otlet e Henry La Fontaine que objetivavam criar uma forma universal que pudesse representar toda produção de conhecimento da humanidade. Em seus trabalhos Otlet e La Fontaine abordavam a importância de diferenciar o conhecimento e o seu registro documental. Nesse ponto de vista, o foco cai sobre o propósito da documentação e da CI, isto é, a recuperação da informação que está armazenada nos suportes físicos, citados no paradigma físico (MARCIAL et al., 2007; SILVA, 2008). Entretanto, de acordo com Araújo (2012) apesar da influência que o modelo cognitivista recebeu da bibliografia universal de Otlet e La Fontaine, para se configurar cientificamente foi imprescindível os fundamentos filosóficos de Karl Popper acerca da teoria dos três ‘mundos’, sendo esses: o mundo físico marcado pelos objetos físicos que fazem parte da natureza; o mundo da consciência que é constituído pelos pensamentos dos seres humanos e o mundo do conhecimento objetivo formado por elementos da consciência humana que são transformados em objetos físicos. Este último, “mundo do

conhecimento objetivo”, Marcial e outros autores (2007) definem como sendo o mundo de teor intelectual de livros, documentos e das teorias científicas. Em conformidade com Capurro (2003) no modelo cognitivo o usuário é entendido como ser cognoscente que possui modelos mentais do mundo exterior, que por sua vez, são transformados no momento do processo informacional. Sendo assim, Araújo (2012) esclarece que a relação que o usuário ou ser cognoscente mantém com o mundo se limita a preencher partes de conhecimento àquilo que ele já possui na sua mente. O autor ainda explica que nos dois primeiros paradigmas o usuário é visto isoladamente, sem levar em conta as relações sociais e o contexto sociocultural de maneira mais abrangente. Surge então, um terceiro modelo denominado social, na tentativa de superar as limitações dos paradigmas físico e cognitivo.

O paradigma social surge a partir das críticas feitas aos modelos anteriores, em que o sujeito é separado do objeto (informação ou conteúdos informacionais) que se encontra no mundo exterior. No modelo social, sujeito e objeto ocupam o mesmo contexto e o sentido da informação para cada sujeito vai estar relacionado com as interações que ele tem no seu cotidiano, dentro desse contexto (SILVA, 2008). Em concordância com Capurro (2003) no paradigma social a informação e o usuário estão no mesmo plano, o conhecimento do indivíduo recebe influência dos condicionamentos sociais e materiais, a informação é uma construção social. Esta visão tem como representantes, além de Capurro (2003) o autor Frohmann (1995) que vê o paradigma cognitivo como um modelo antissocial por considerar a informação como algo separado do usuário, ou por ver o usuário apenas como sujeito cognoscente – indivíduo capaz de assimilar o conhecimento - sem levar em conta o contexto social, e também Hjørland e Albrechtsen (1995) que defendem um paradigma social-epistemológico, a análise de domínio, em que o estudo de campos cognitivos se relaciona diretamente com vários grupos sociais e de trabalho, estabelecendo uma sociedade moderna. “Isso significa, em outras palavras, uma integração da perspectiva individualista e isolacionista do paradigma cognitivo dentro de um contexto social no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância”. (CAPURRO, 2003, p. 11). A relação do indivíduo com a informação é vital na medida em que capta informação por intermédio dos seus sentidos – audição, visão, paladar, olfato, tato - ou a rejeita por não a considerar valiosa, relevante para atingir sua finalidade. O indivíduo quando reconhece uma informação útil reage a ela, por outro lado, recebe informação que não terá utilidade imediatamente e também reconhece isso, apesar de não haver consciência de sua parte, de todas as informações captadas de imediato e que podem afetá-lo futuramente. Sendo assim, é

na dinamicidade desse contexto que estão ancorados os estudos das Práticas Informacionais dos indivíduos (MCGARRY, 1999).

Figura 3: Abordagens da Ciência da Informação: paradigma físico, cognitivo e social



Fonte: Gandra e Duarte (2013, p. 7), baseado em Capurro (2003) e Morado Nascimento (2006).

Nessa perspectiva, Araújo (2016) apresenta três modelos importantes de estudos de usuários da informação: o primeiro denominado comumente de “estudos de uso” originário nos anos de 1930, predominando nas décadas de 1960 e 1970, e ainda sendo realizado na época atual; o segundo intitulado como estudos de “Comportamento Informacional” surgindo no fim de 1970 e alcançando o auge em 1980, e assim como o primeiro também continua a ser realizado; o terceiro tem sua origem na metade da década de 1990 e direcionado para o estudo das “Práticas Informacionais”.

Ao utilizar o modelo denominado “estudos de uso” para realizar os estudos de usuários da informação, são aplicados questionários ao grupo de usuários, os dados colhidos são quantificados, tabulados e correlacionados, obtendo assim indicadores de perfil, fontes utilizadas, dados de acesso, os sistemas de informação, e por fim correlacionar esses indicadores para que se possa descobrir as variáveis interventoras. Por ser um modelo fácil de aplicar, tornou-se predominante na área de estudos de usuários em nível nacional. Esse método permite diagnosticar os serviços e sistemas de informação.

De acordo com as autoras Pérez Giffoni e Sabelli (2010 apud ARAÚJO, 2016), os estudos de “Comportamento Informacional” empregam uma abordagem cognitiva no qual o enfoque sai dos sistemas de informação e passa a ser nos usuários, considerando os processos cognitivos, os modelos mentais e as representações dos indivíduos a respeito dos sistemas de informação. Araújo (2016, p. 65) também destaca que há um consenso entre as abordagens de diferentes autores de que:

[...] o processo de Comportamento Informacional tem origem numa situação problemática (um estudo anômalo de conhecimento, a percepção de uma lacuna no conhecimento), que é o mecanismo ativador das ações de busca por informação, elemento determinante do processo, pois é a partir dela que o sujeito se engaja no processo de busca que resultará no encontro e uso da informação.

Com as críticas ao modelo de estudos de “Comportamento Informacional” surgiu um novo conceito, denominado de “Prática Informacional”, como uma alternativa ao Comportamento Informacional que enfatiza o cognitivismo desconsiderando o coletivo, as relações que os usuários mantêm com os demais, o contexto em que estão inseridos. Com isso, a utilização de modelos teóricos como construcionismo, etnometodologia, interacionismo e pragmatismo foram se tornando mais frequentes nos estudos de usuários, originando esse novo conceito (SAVOLAINEN, 2008 apud ARAÚJO, 2016). De acordo com Talja (1997 apud ARAÚJO, 2016) na abordagem da Prática Informacional, o usuário assume diferentes papéis e posições que vão variar conforme o contexto social.

No decorrer dos anos, a área de estudos de usuários da informação passou por diversas concepções teórico-metodológicas. Os estudos de usuários da informação são comumente divididos em “voltados para o sistema”, de base funcionalista, em que o objetivo era o diagnóstico do uso de fontes e serviços de informação no intento de otimizar o funcionamento de ambos, ou “voltados para o usuário”, viés *behaviorista*, abordagem metodológica que determina comportamentos humanos, no entanto, analisa as ações dos indivíduos como se estas fossem unicamente de ordem psicológica e situacional (LIMA, 1994 apud PINTO; ARAÚJO, 2012). Os estudos “voltados para o sistema” são classificados por Capurro (2003) como paradigma físico da CI, enquanto os estudos “voltados para o usuário” o autor denomina de paradigma cognitivo, ou alternativo, da CI (PINTO; ARAÚJO, 2012). Para os autores Pinto e Araújo (2012) tais abordagens apresentam limitações por não conseguirem abarcar a complexidade dos aspectos humanos e a suas relações sociais, e por desconsiderarem a importância do histórico-social da ação humana. Foi olhando para essas

questões que a Prática Informacional apareceu como abordagem mais completa, pois leva em consideração os significados que o sujeito atribui no momento das ações de busca, uso e disseminação da informação.

O conceito mais empregado para “Comportamento Informacional” é do autor Thomas Wilson “[...] a totalidade do comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo informação ativa e passiva, busca e uso da informação” (2000, p. 49 apud SAVOLAINEN, 2007, p. 115). No entendimento de Savolainen (2007), essa definição de “Comportamento Informacional” envolveria a comunicação direta com os outros, assim como receber passivamente a informação sem intenção de agir sobre essa informação. De acordo com Silva (2006 apud SILVA, 2011) a área da Psicologia também serviu de base, por intermédio dos termos “comportamento humano” e “comportamento social”, na tentativa de encontrar uma definição para “Comportamento Informacional”. No entendimento do autor, o “Comportamento Informacional” é definido pelo “[...] modo de ser ou de reagir de uma pessoa ou de um grupo numa determinada situação e contexto, impelido por necessidades induzidas ou espontâneas, no que toca exclusivamente à produção/emissão, recepção, memorização/guarda, reprodução e difusão de informação.” (SILVA, 2006, p. 143 apud SILVA, 2011, p. 108). Na realidade existe uma diversidade de termos relacionados à lista de conceitos do “Comportamento Informacional” (SILVA, 2011).

É possível inferir, que da mesma maneira que os estudos de distintos autores como Frohmann (2008) (com sua crítica à abordagem cognitivista que considera o indivíduo de forma isolada do contexto político, econômico, social e cultural), Shera (1977) (e a “epistemologia social” - no qual Capurro se inspirou dando origem ao nome “paradigma social – e no qual o autor defendia a criação de uma nova disciplina que abordasse a inserção social do conhecimento humano) ou Hjørland (2002) (com a abordagem da análise de domínio, a partir da ideia de comunidades de discurso, em que o autor expõe que os critérios dos indivíduos são formados coletivamente, intersubjetivamente) serviram de base para o desenvolvimento do conceito de paradigma social descrito por Capurro (2003), também as categorias *habitus*, campo e capital adotadas por Pierre Bourdieu (1983) foram de extrema importância para compreender as “Práticas Informacionais”, dentro dos estudos de usuários (ARAÚJO, 2010; PINTO; ARAÚJO, 2012).

4.1 PRÁTICA INFORMACIONAL E CONHECIMENTO PRAXIOLÓGICO

[...] toda prática social é uma Prática Informacional – expressão esta que se refere aos mecanismos mediante dos quais os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização. (MARTELETO, 1995, p. 4).

O olhar para a “Prática Informacional” também como uma construção social, foi preciso buscar uma abordagem diferente que pudesse contribuir com os estudos das “Práticas Informacionais”. Desta forma, a sociologia da prática de Bourdieu (1983 apud PINTO; ARAÚJO, 2012) desenvolveu categorias para analisar o campo cultural, educacional e científico e demais campos, procurando compreender as relações de disputa entre dominadores e dominados, na perspectiva econômica e na subjetividade das pessoas, e incorporando as dimensões do simbólico e do cultural. A primeira categoria desenvolvida por Bourdieu é o *habitus* no qual é definido como:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 1972 p. 175 apud ORTIZ, 1983, p. 15).

O *habitus* é produto das relações sociais de uma pessoa e contribui na sua formação e orientando seu comportamento em determinada situação. Ou seja, o *habitus* é a maneira como o indivíduo percebe o mundo, suas opiniões, preferências, enfim, tudo que ele internalizou ao longo da vida, mas que não foi imposto por regras, é uma construção a partir de suas interações com as outras pessoas (BOURDIEU, 1983 apud PINTO; ARAÚJO, 2012). É a interiorização de valores, normas e princípios sociais (ORTIZ, 1983). De acordo com Bourdieu (1972 apud ORTIZ, 1983), o *habitus* primário é tudo o que o indivíduo internaliza na sua vivência familiar, e o *habitus* secundário é tudo que ele internaliza a partir de suas experiências adquiridas na escola e dos outros ambientes que frequenta. Além do *habitus*, Bourdieu trouxe as noções de campo e capital social que servem de análise assim como o *habitus* para ajudar a compreender as relações dos indivíduos. Na visão de Bourdieu (1976 apud ORTIZ, 1983) campo é o espaço em que as relações de poder se manifestam, são os

variados ambientes sociais onde acontecem as ações, em que cada agente irá ocupar uma determina posição a priori definida. É neste espaço que os indivíduos competem entre si pelos seus interesses específicos. O *quantum* social, denominado por Bourdieu (1980 apud PINTO; ARAÚJO, 2012) como capital social é compreendido como o acesso que um indivíduo, ou grupo possui a determinadas condições que são responsáveis pela posição que o indivíduo ou o grupo ocupa num campo, de modo que aqueles que possuírem o máximo de capital social farão parte do polo dos dominantes, enquanto que, aqueles que se encontram com pouco capital social específico, ou na ausência deste capital, ocuparão o polo dos dominados (PINTO; ARAÚJO, 2012). Na concepção de Pinto e Araújo (2012, p. 225):

[...] as ações de se informar ou de se produzirem ou se disseminarem informações estão submetidas a essa dialética entre o *habitus* e a situação vivida que leva o sujeito a buscar, produzir ou disseminar informações. Isso acontece num campo social [...] onde o sujeito ocupa determinada posição e utiliza do seu capital específico, no caso, o capital informacional, para a realização de suas Práticas Informacionais. Assim, as ações de produção, busca, recepção e apropriação das informações devem ser compreendidas a partir das posições ocupadas pelos sujeitos na estrutura social [...].

Conforme Savolainen (2007) explica nos estudos da informação termos como “Prática Informacional” ou “Comportamento Informacional” vêm sendo usados para designar a forma como os indivíduos lidam com a informação, no qual o autor concebe de “conceitos guarda-chuva” por se tratar de termos que abarcam diversos discursos, e assim, sugerindo várias abordagens. Ele também esclarece que um conceito não sobrepõe o outro por terem origens em discursos distintos, significando que não são sinônimos. O autor ainda acrescenta que “Nos últimos anos, o “Comportamento Informacional” tornou-se popular como um conceito guarda-chuva.” e “[...] pode aparecer como parte de mais de uma frase, por exemplo, “Comportamento Informacional humano” ou “comportamento de busca de informação.” (SAVOLAINEN, 2007, p. 112). Entretanto, apesar da sua crescente popularidade, nem todos os pesquisadores aceitam o termo “Comportamento Informacional” sem restrição. Uma das questões levantadas, é que o termo não seria apropriado podendo levar as pessoas a associá-lo a algo semelhante ao paradigma comportamental da Psicologia, desprezando os elementos que fazem parte do contexto e que são de interesse da pesquisa dos estudos informacionais. O outro aspecto sobre o assunto aponta que alguns pesquisadores consideram o termo “Comportamento Informacional” incorreto gramaticalmente, pois, não é a informação que se comporta, só as pessoas o fazem. Desta forma, seria bem mais adequado o termo “informação relacionada a comportamento” (SAVOLAINEN, 2007).

O conceito sobre a “Prática Informacional” aparece rapidamente na literatura de pesquisa no início das décadas de 1960 e 1970, mas as raízes teóricas sobre este termo remontam à década de 1980, com base na Sociologia de Anthony Giddens (1984), nos estudos antropológicos de processos de trabalho de Lucy Suchman (1987), Jean Lave (1988) com seus estudos acerca de como se dá o aprendizado nas situações do cotidiano e a maneira dinâmica como o conhecimento é construído, e por fim, o conceito de práticas de comunidade de Lave e Etienne Wenger (1991) demonstrando que as pessoas aprendem e compartilham informações, negociam significados, valores e objetivos dentro de âmbitos de colaboração, por exemplo, o ambiente de trabalho (SAVOLAINEN, 2007). Conforme a concepção de Talja a “Prática Informacional” representa “[...] a mais sociologicamente e contextualmente orientada linha de pesquisa.” (2005, p.123 apud SAVOLAINEN, 2007, p. 120). Autores como Talja, Savolainen e Tuominen (2005) admitem preferir o conceito “Prática Informacional” ao “Comportamento Informacional”, pois a “Prática Informacional” assume que o processo de busca e uso da informação é uma formação do social e dialogicamente, isto é, um processo que envolve os grupos e a sociedade, havendo interação entre os atores, ao contrário do “Comportamento Informacional” em que o conceito parte do pressuposto de que as ideias e motivações são individuais (SAVOLAINEN, 2007). O autor também compartilha da concepção de que “Todas práticas humanas são sociais, e elas são originárias das interações entre os membros da comunidade.” (SAVOLAINEN, 2007, p. 120).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada neste trabalho tem uma abordagem qualitativa realizada a partir de um método descritivo, uma vez que a proposta foi estudar e descrever um fenômeno em específico. Em conformidade com Gil (2002, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ainda na concepção do autor também faz parte das pesquisas descritivas, aquelas com propósito de levantar as opiniões, comportamentos e convicções de uma população (GIL, 2002).

5.1 CAMPO DA PESQUISA, POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada no ambiente web, especificamente, com os buscadores Google e DuckDuckGo e dos quais possuem características bem distintas. A escolha desses buscadores se baseou, principalmente, nas suas diferenças com o objetivo de comparar os resultados de pesquisas obtidos e, se essas características distintas podem influenciar no tipo de informação recuperada por cada um. Foram convidados para participar da pesquisa os membros do grupo “Gênero, Ciência, Tecnologia e Sociedade”. A preferência por esse grupo se deu em função do objetivo do grupo no âmbito do gênero e a relação da temática estudada neste trabalho, a “violência doméstica contra as mulheres”. Com isso, foi estabelecido um contato com a líder do grupo de pesquisa, a Profa. Dra. Gilda Olinto de Oliveira, para que se pudessem alcançar os respondentes desta pesquisa. A partir disso, a proposta era que população deste trabalho fosse formada por todos os membros do grupo de pesquisa, composto por pessoas com atribuições de líder, pesquisador e estudante. Devido à dificuldade de obter um retorno, a iminência do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, na última semana de novembro, com possibilidade de que maioria dos potenciais respondentes poderia estar no evento, a amostra foi composta por pessoas que retornaram o e-mail enviado pela líder, constituindo um grupo de três pessoas. Sendo assim, o critério para formação da amostra desta pesquisa foi a acessibilidade e a disponibilidade, ou seja, optou-se por trabalhar com pessoas que estivessem disponíveis a colaborar nesta pesquisa e, que puderam ser acessadas de forma indireta pela líder do grupo de pesquisa que fez a intermediação. As respondentes que participaram da pesquisa possuem formações acadêmicas diferentes: sendo uma graduanda, uma mestranda e uma doutoranda.

Antes de prosseguir, é importante ressaltar que não havia a informação do quantitativo do número total de membros à época da pesquisa no Diretório de Grupo de Pesquisas do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contudo, foi possível identificar, informalmente, a participação de mulheres e homens no grupo.

5.2 TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A autora Minayo (2004, p. 209) diz que análise temática:

[...] consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado. Ou seja, tradicionalmente, a análise temática se encaminha para a contagem de frequência das unidades de significação como definitórias do caráter do discurso. Ou, ao contrário, qualitativamente a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso.

Em outras palavras, na análise temática o conteúdo é examinado para compreender os assuntos abordados em um texto, a partir da presença e da frequência de determinados termos responsáveis por definir o tipo de discurso. A análise temática divide-se em três partes: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na pré-análise são escolhidos os documentos para uma primeira leitura. Na fase de exploração do material a interpretação passa do explícito para o implícito, do texto para o subtexto. E na terceira e última parte há submissão dos resultados brutos a operações estatísticas simples ou complexas, isto é, percentagens ou análise fatorial (MINAYO, 2004).

A técnica de coleta de dados empregada no trabalho em questão consistiu em fazer pesquisa nos buscadores Google e DuckDuckGo, sendo aplicada a mesma estratégia em ambos, com a expressão “violência doméstica contra a mulher” para a busca. Conforme exposto na seção 5.1 a coleta de dados foi realizada a partir de contato por e-mail com a líder do grupo de pesquisa “Gênero, Ciência, Tecnologia e Sociedade” que convidou os membros de seu grupo por e-mail e, esses retornaram diretamente a pesquisadora. A partir disso foi enviado um e-mail, conforme modelo de e-mail no “Apêndice A” a cada uma das respondentes.

Para o estudo dos dados foram analisadas as primeiras páginas de resultados de cada uma das pesquisas efetuadas nos respectivos buscadores. No intento de analisar as paridades ou disparidades dos resultados recuperados, as participantes utilizaram computadores distintos e realizaram as buscas de três forma diferentes para os resultados das pesquisas executadas por elas (APÊNDICES B, C e D).

6 PRÁTICA INFORMACIONAL E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DOS FILTROS NA BUSCA E RECUPERAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Em princípio a finalidade era fazer uma pesquisa tendo como critério os 10 buscadores brasileiros mais utilizados para analisar e comparar seus resultados. Após um levantamento na internet foi estabelecida uma lista estando entre os motores de busca: Google.com; Bing.com; Google.com.br; Busca.uol.com.br; Aprocura.com.br; Ponteiro.com.br; Tendencia.cc; Achei.com.br; Sitesnobrasil.com e Buscaki.com.br. Nesta primeira fase da pesquisa, após a escolha dos buscadores, o segundo critério era que a mesma pudesse ser feita em mais de um local de acesso, determinando desta forma que seria em uma biblioteca pública, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e no computador pessoal dos voluntários. No entanto, constatou-se que uma pesquisa neste formato seria inviável, pois exigiria dos voluntários uma maior disponibilidade, um tempo maior para a análise e, sendo assim um trabalho deste porte caberia em outra oportunidade.

Na segunda fase da pesquisa, optou-se por escolher apenas dois buscadores com políticas diferentes, o Google e o DuckDuckGo. O primeiro, ao prestar seus serviços usa a política de coleta de dados que são utilizados para criar o perfil dos usuários (personalização), o segundo opta por não guardar o histórico dos usuários como forma de preservar a privacidade destes. Ao analisar os buscadores Google e DuckDuckGo, possivelmente, o ponto mais relevante seja o tipo de mecanismo empregado por ambos. O Google, assim como outros buscadores, coleta todas as informações sobre o usuário, desde seus dados pessoais até suas pesquisas na web. Nesta lista inclui-se entre outras coisas o nome, telefone, número de cartão de crédito, e-mail e serviços usados pelo usuário como um vídeo acessado ou um website, por exemplo. Também são coletados outros tipos de dados estando entre eles as informações sobre o dispositivo usado (tipo de máquina e sistema operacional), registros (quais os serviços utilizados, serviço de telefonia marcando hora e data das chamadas e sua duração), endereço do Protocolo de Internet (IP) ou local que o usuário se encontra no momento em que acessa esses serviços. O Google diz que o objetivo principal é utilizá-las para melhorar os seus serviços, desenvolver outros e prover resultados de pesquisas ou anúncios mais relevantes ao internauta (GOOGLE, 2016).

Ao usar um motor de busca como o Google cada clique dado pelo usuário em um link, automaticamente, os termos de busca empregados na pesquisa são enviados e compartilhados com o site clicado, ação que recebe a denominação de “vazamento de pesquisa”. Este

mecanismo permite que a pesquisa privada seja compartilhada com o mecanismo de busca usado e com os sites visitados para realizá-la (WEINBERG, 2010). Ao contrário do Google, a política do DuckDuckGo é não coletar ou compartilhar dados. Ao acessar um link utilizando o DuckDuckGo, ele redireciona o pedido da pesquisa impedindo que os termos da busca sejam transmitidos aos outros sites, desta maneira os sites terão ciência da visita do usuário, mas não da intenção da pesquisa impedindo assim o seu vazamento (WEINBERG, 2010).

O Google, ao coletar dados, cria históricos de pesquisas dos internautas que são guardados, podendo essas pesquisas ser rastreados a partir de informações do computador, data e hora da pesquisa, ou então, serem associadas possibilitando que outros vejam o que o usuário está buscando. DuckDuckGo por não guardar os dados não possui histórico de pesquisa que o vincule ao usuário. Esse motor de busca também não faz uso de *cookies* que são arquivos de texto que armazenam as preferências do usuário. Ao visitar um site, este envia ao navegador que o usuário está usando um *cookie* contendo as predileções desse usuário, e que ficará armazenado na máquina deste temporariamente. Cada *cookie* no computador do usuário vai guardar dados para cada um dos endereços na web, ao digitar o endereço de um determinado site o navegador envia o *cookie* para o site no qual o usuário está conectado e, automaticamente, o site aplica as configurações daquele usuário, ou seja, personaliza a visualização para ele. Os *cookies* podem possibilitar que as pesquisas do usuário sejam vinculadas aos outros buscadores (WEINBERG, 2010). Também existe um receio em relação à segurança, pois, os cookies ao serem transportados pela web sem criptografia teme-se o risco de expor as informações da pessoa, na rede (NEMEC, 2016).

Em suma, afóra as questões de segurança e da própria privacidade levantadas sobre a forma de prestar serviço dos buscadores selecionados para este trabalho, o Google e o DuckDuckGo, o principal ponto para o estudo dessa pesquisa diz respeito a coleta de dados, feita pelo rastreamento, pois, se por um lado esse mecanismo auxilia e facilita a recuperação de conteúdo direcionado para as preferências do indivíduo (personalização), e inclusive poupando seu tempo, por outro, ele também pode dificultar ou até impedir que esse indivíduo amplie seus conhecimentos por meio de descobertas que podem ser interpretadas pelo sistema como irrelevantes aos seus interesses, como acontece com a maioria dos buscadores estando entre eles, o Google.

Na análise não houve necessidade de uma pré-análise, ou seja, a escolha dos documentos a serem analisados, pois todos os resultados de cada busca foram utilizados por se tratar de uma amostra pequena, totalizando 9 páginas da internet. Ressalta-se que a análise realizada no Buscador Google teve como base a primeira página que cada participante

recuperou, apresentando equivalência de 13 resultados. É importante mencionar a equivalência de 13 resultados na página porque cada resultado pode ter variância de linhas, podendo ampliar ou diminuir a quantidade de resultados contidos em uma página. Na análise foram consideradas, inclusive, as propagandas. No Buscador DuckDuckGo a análise foi realizada tomando como base a primeira página recuperada por cada participante e, que equivale a 9 resultados, lembrando que cada resultado pode ter variância de linhas, podendo aumentar ou diminuir a quantidade destes em uma página. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, mas foi considerado importante fazer algumas sinalizações a respeito dos números de resultados iguais em cada uma.

Ao comparar as páginas do Google com e sem *login* no Gmail, de cada participante, os resultados recuperados são os mesmos na sua grande parte. Registrou-se na contagem que:

- a) 1 participante obteve 11 resultados iguais nas duas pesquisas do Google, ou seja, com e sem *login* no Gmail;
- b) 2 participantes obtiveram 12 resultados iguais nas mesmas condições da participante 1.

Quando cruzadas as pesquisas das três participantes constatou-se que Google sem *login* no Gmail:

- a) obteve 9 resultados iguais, levando em conta a equivalência de 13 resultados.

Google com *login* no Gmail:

- b) obteve 10 resultados iguais em relação a 13 resultados.

Comparando os resultados das pesquisas feitas pelas participantes no DuckDuckGo, foram obtidos:

- a) 8 resultados iguais, considerando a equivalência de 9 resultados por página.

Resultados obtidos nas pesquisas por cada uma das participantes, a partir da comparação entre os documentos recuperados na página do DuckDuckGo e na do Google sem *login* no Gmail:

a) participantes 1, 2 e 3 recuperaram 2 resultados iguais nas duas páginas analisadas.

Resultados obtidos nas pesquisas por cada uma das participantes, a partir da comparação entre os documentos recuperados na página do DuckDuckGo e na do Google com *login* no Gmail.

b) participantes 1, 2 e 3 recuperaram 2 resultados iguais nas duas páginas analisadas.

Na análise do conteúdo, primeiramente, considera nesta pesquisa, que se trata de um assunto complexo e que para se obter uma resposta mais expressiva seriam necessários mais dados como uma amostragem maior, pesquisa elaborada em outros ambientes e outros perfis. A intenção foi averiguar, para confirmar ou não, se há presença de discrepâncias nos resultados do Google e DuckDuckGo pelo fato de empregarem métodos diferentes, isto é, respectivamente o uso e não uso de rastreamento de usuários.

Ao explorar de maneira mais minuciosa os tipos de documentos recuperados pelo Google e tendo como base as frases que acompanham cada resultado, que é uma breve explicação do que se trata aquele documento é possível inferir que os conteúdos basicamente falam sobre o conceito, resultados de pesquisas, artigos científicos, monografia, a Lei Maria da Penha, matéria da revista Cláudia e outros sobre formas de violência. A ordem de relevância dos resultados se altera de uma participante para outra. A primeira observação a respeito da pesquisa no DuckDuckGo é que a ordem de relevância dos resultados foi apresentada da mesma forma para todas, com uma pequena ressalva, pois três resultados trocaram de lugar, entre si, na página de uma das participantes, no restante eram iguais. Entre o material recuperado encontra-se o site do Planalto, do Senado, um artigo sobre a violência contra a mulher no mundo, a Lei Maria da Penha, Portal do Governo e outros abordando tipos de violência. Outra característica percebida na pesquisa do DuckDuckGo é que para este tema os sites governamentais estão no topo da lista. Destaca-se que ambos buscadores trazem anúncios pagos no topo dos resultados, porém no DuckDuckGo os anúncios são referentes a outros assuntos, enquanto no Google são referentes ao tema pesquisado para aparecer no topo da lista.

Dentro do universo desta pesquisa os resultados mostram que:

- a) a pesquisa feita no Google com ou sem *login* no Gmail mostrou pequena diferença no resultado de cada participante. Mesmo não sendo uma grande disparidade, se as buscas fossem neutras poderia chegar à igualdade, se for considerado que a pesquisa é da mesma pessoa e da mesma máquina pessoal.
- b) o DuckDuckGo apresentou resultados imparciais. As participantes obtiveram as mesmas respostas de busca, havendo uma mínima variação na ordem de apresentação dos resultados de uma delas, indicando que de fato não há coleta de dados neste buscador e, o fato de não haver a personalização aumenta as possibilidades nos resultados.
- c) ao comparar as respostas obtidas entre as pesquisas do Google e do DuckDuckGo nota-se uma discrepância, indicando que o método utilizado por ambos influencia os resultados dos usuários.

Isto posto, reforçando o que foi dito por Pariser (2012), deve-se procurar não fixar nos mesmos sites, pois é preciso experimentar e variar para ter oportunidade de encontrar coisas diferentes, o que pode-se chamar de serendipidade.

Num mundo em que o surgimento de novos recursos é constante, levando o indivíduo ao aprendizado contínuo, a Competência em Informação é essencial, servindo como um caminho para prepará-lo e auxiliá-lo a desenvolver suas habilidades e com isso, entender melhor os mecanismos das ferramentas da internet sendo capaz de perceber em que elas podem vir afetar o seu trabalho ou limitar o seu universo de possibilidades. Juntamente com as transformações trazidas pelos novos recursos, a expansão da internet, a globalização, a informação adquiriu valor extremamente significativo em todos os contextos, seja no âmbito profissional, social ou econômico. Logo, a frase “Informação é poder” traduz a sua importância na atualidade, mas, para tanto é necessário que essa informação seja de qualidade, consistente, que possa ser usada para fins produtivos, que possa trazer vantagem competitiva ou esclarecimentos para o exercício da cidadania, por exemplo. É nesse sentido que a Competência em Informação dá o devido suporte para que o indivíduo alcance esse tipo de informação, isto é, valiosa.

Do ponto de vista da Biblioteconomia, o profissional da informação ao exercer o papel de educador e fomentar Competência em Informação na sua unidade contribui com os indivíduos para que eles atuem nos diversos ambientes com desenvoltura e sucesso.

7 CONCLUSÃO

O trabalho teve como finalidade apresentar a influência dos filtros na Prática Informacional, na recuperação da informação utilizando os buscadores Google e DuckDuckGo. Foi visto como os filtros da internet atuam na vida dos indivíduos, por intermédio da intensificação da personalização e, se por um lado é um recurso que traz benefícios facilitando as pesquisas, poupando o tempo de busca, ofertando produtos de interesse, por outro pode cercear seu universo de forma sutil sem que se perceba que está sendo direcionado.

A escolha do tema para a pesquisa deste trabalho “violência doméstica contra a mulher” foi baseada na política de incentivo às áreas de interesse do Plano Nacional de Pós-Graduação, levantando a importância de se desenvolver trabalhos de Pós-Graduação na área de Criminologia e Segurança Pública.

Com as mudanças causadas pelas novidades tecnológicas a informação passa a ter suportes distintos, com isso, se fez necessário formar pessoas capacitadas para lidar com as diferentes ferramentas voltadas para os distintos suportes. A atuação do bibliotecário também foi influenciada por essas modificações. Os estudos crescem em torno do tema e com sua evolução surge o conceito sobre Competência em Informação se configurando em um critério importante na vida profissional, ainda que não haja ciência disso entre a maioria das pessoas.

Em Busca e Recuperação de Fontes de Informação verificou-se que a necessidade de se personalizar cada vez mais os resultados de busca para os usuários gerou novos serviços na web, como o serviço de “verificação de fato” e os serviços de descoberta.

Outro conceito abordado no trabalho foi a Prática Informacional que surge a partir do olhar sobre os “estudos de usuários”. Com o decorrer dos anos e diferentes teorias a respeito da definição, a Prática Informacional é atualmente compreendida por muitos autores como uma formação do social, onde o contexto do indivíduo influencia na sua prática.

Por fim, na pesquisa realizada com os Buscadores Google e DuckDuckGo utilizando a temática “violência doméstica contra a mulher” constata-se que os resultados diferentes obtidos entre as pesquisas dos buscadores são bem expressivos, indicando que a razão desse desequilíbrio está ligada ao modo de funcionamento de cada um, ou seja, a atuação dos filtros.

Concluiu-se que num mundo em que o surgimento de novos recursos é constante levando o indivíduo ao aprendizado contínuo, a Competência em Informação é essencial, servindo como um caminho para prepará-lo, auxiliar a desenvolver habilidades, entender

melhor os mecanismos das ferramentas da internet e ser capaz de perceber em que elas podem vir afetar o seu trabalho ou limitar o seu universo de possibilidades.

É necessário destacar que as tecnologias de informação e comunicação e os novos recursos são importantes para otimizar a atuação do indivíduo nas inúmeras atividades de forma solidária e ética nas mais diversas tarefas que executa e ambientes que transita. No entanto, viu-se que o indivíduo deve ter ciência de que a função dessas tecnologias e recursos é somente auxiliá-lo no desenvolvimento de suas tarefas para que ele possa alcançar o seu propósito, visto que nada substituirá a determinação das suas escolhas informacionais.

Como perspectiva para continuidade desse trabalho apresenta-se a possibilidade de desenvolver estudos futuros no curso de Mestrado com uma pesquisa mais abrangente, outros grupos de pesquisa, novos buscadores, diferentes perfis e maior número de elementos. Outra proposta será utilizar o trabalho com outras abordagens do campo de estudos da informação como a indexação e a bibliometria.

REFERÊNCIAS.

- ALMEIDA, Robson Lopes de. **Disseminação seletiva de conteúdos na web**: a tecnologia RSS como proposta para a comunicação científica. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1538/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Robson_Lopes_Almeida.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- ALVES, Fernanda Maria Melo; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Modelos e experiências de competência em informação em contexto universitário. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Londrina, v. 19, n. 41, p. 83-104, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p83/28291>>. Acesso em: 18 maio 2016.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **About ALA**. Chicago, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ala.org/aboutala/>>. Acesso em: 4 nov, 2016.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College & Research Libraries. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago, 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 21 out. 2016.
- ANGHER, Anne Joyce; SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de. **Dicionário Jurídico**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2002. Não paginado. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/888/Isonomia>>. Acesso em: 4 nov. 2016.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da Ciência da Informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6485/6995>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- _____. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 61-78, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/informacaoempauta/article/view/2970/2694>>. Acesso em: 08 set. 2016.
- _____. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896/7372>>. Acesso em: 31 ago. 2016.
- ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Processo de busca e recuperação da informação. In: _____. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília, DF: Editora Thesaurus, 2007. cap. 3, p. 65-89. (Série da Ciência da Informação e da Comunicação).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha – Lei 11340/06**: Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF, 2006. Não paginado. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação. Instituto Nacional de Tecnologia. Seminário Temático da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologias, Inovações e Comunicação, 1., 2016, Rio de Janeiro. **[Relatório do Evento]**. Brasília, DF: IBICT, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.int.gov.br/component/content/article?id=7991https://>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação: 2011-2020**. Brasília, DF, 2010. v. 1. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

BUCKLAND, Michael Keeble. Informação como coisa. Tradução: Luciane Artêncio. **Journal of the American Society for Information Science**, [Berkeley, CA], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/bucklandcomocoisa.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000100010>. Acesso em: 6 maio 2016.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de.; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Personalização: um serviço mediador em ambientes de pesquisa. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 251-264, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v19n3/05.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. Tradução: Ana Maria Rezende Cabral et al. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 1-20. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 09 set. 2016.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

CARTA de Marília. In: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: cenários e tendências. 3., 2014, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: UNESP, 2014. Não paginado. Disponível em: <http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

CATTS, Ralph; LAU, Jésus. **Towards information literacy indicators**. Paris: Unesco, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001587/158723e.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil**. [S.l.], 2016a. Não paginado. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Principais decisões judiciais sobre a Lei Maria da Penha**. [S.l.], 2016b. Não paginado. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/principais-decisoes-judiciais-sobre-a-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

COMUNIQUE-SE. **Agência Lupa: Brasil ganha site de checagem de informações**. Rio de Janeiro, nov. 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://portal.comunique-se.com.br/jo-com/80209-agencia-lupa-brasil-ganha-site-de-checagem-de-informacoes-leia-mais>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Formas de violência**. Brasília, DF, 2006. Não paginado. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>. Acesso em: 16 set. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA (6. Região). **II Fórum Information Literacy: possíveis caminhos e reflexões**. Vitória: UFES, 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://blog.crb6.org.br/eventos/2o-forum-de-discussao-information-literacy-possiveis-caminhos-e-reflexoes/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordelia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

DAHLBER, Linda; KRUG, Etienne. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 11 (Sup.), p. 1163-1178, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre a competência em informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Sistema de Informação, Muticulturalidade e Inclusão Social, 24., 2011, Maceió, **Anais...** Maceió: FEBAB, 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Declaracao%20de%20Maceio%20sobre%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

DOYLE, Christina. **Information literacy in an information society**: a concept for the information age. New York: Syracuse University, 1994. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED372763.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016. .

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy uma revolução silenciosa: diferentes concepções para a competência em informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: FEBAB, 2002. Não paginado. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/3798/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100003>. Acesso em: 06 maio 2016.

_____. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/15729/1/Dudziak_CI_2011.pdf>. Acesso em: 06 maio 2016.

EIRÃO, Thiago Gomes. Disseminação seletiva da informação: uma abordagem. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v.7, n. 1, p. 20-29, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/412/276>>. Acesso em: 15 jul. 2016..

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Histórico**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/enancib.htm>>. Acesso em: 19 set. 2016.

EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY. Turkey, 2013. **Abstracts**. Ankara: Hacettepe University Department of Information Management, 2013. Disponível em: <http://ecil2013.ilconf.org/docs/ecil2013_abstracts.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY, 2., Dubrovnik, 2014. **Abstracts**. Dubrovnik: University of Zagreb, Department of Information and Communication Sciences, 2014. Disponível em: <http://ecil2014.ilconf.org/wp-content/uploads/2014/11/ecil2014_abstracts.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY, 3., Tallinn, 2015. **First Call for Papers**. Tallinn: Institute of Information Studies of Tallinn University, 2015. Não paginado. Disponível em:

<http://ecil2015.ilconf.org/documents/ecil2015_first_call_for_papers.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY, 4., Prague, 2016. **Second Call for Papers**. Prague: Department of Information Management of Hacettepe University; Department of Information and Communication Sciences of Zagreb University; Association of Libraries of Czech Universities, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://ecil2016.ilconf.org/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 186-191, set./dez. 1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/430/430>>. Acesso em: 19 maio 2016.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. spe, p. 183-196, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspe10.pdf>>. Acesso em 06 maio 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Metabuscadores combinam forças de vários sites de pesquisa**. São Paulo, 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/informat/fr2403201026.htm>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

FÓRUM SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 1., 2015, Rio de Janeiro. **Relatório...** Rio de Janeiro: UNIRIO; UFRJ, 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/danielaspudeit/relatorio-i-frum-sobre-competencia-em-informacao-rio-dejaneiro-2015>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

FÓRUM SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, 2., 2016, Rio de Janeiro. **Relatório...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Não paginado.

GANDRA, Tatiane Krempser; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal Duarte. Interlocuções entre a análise de domínio e os estudos de usuários da informação: contribuições para uma abordagem sociocognitiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013, p. 1-17. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/27/154>>. Acesso em: 19 set. 2016.

GARRETT, Filipe. Google anuncia fact check: recurso checa se notícia é verdadeira ou falsa. **TechTudo**, Rio de Janeiro, nov. 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/10/google-anuncia-fact-check-recurso-que-verifica-noticia-e-verdadeira-ou-falsa.html>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

GERLIN, Méri Nadia Marques. **Informação e Cultura**: projeto de extensão. Vitória, 2015. Disponível em: <<http://projetoinformacaoecultura.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE. **Bem-vindo à política de privacidade**. [S.l.], 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://www.google.com.br/intl/pt-BR/policies/privacy/>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

GROGAN, Denis. **Science and technology: an introduction to the literature**. London: Clive Bingley, p. 14-15, 1970.

GUIMARÃES, Angelo de Moura. Internet. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 173-177. (Coleção Ciência da Informação, v. 1).

HORTON JUNIOR, Forest Woody, **Overview of information literacy resources worldwide**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219667e.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

_____. **Overview of information literacy resources worldwide**. 2. ed. Paris: UNESCO, 2014. Disponível em: <<http://infolit.org/wp-content/uploads/2014/10/UNESCO-IL-ResourcesEd.2.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS. **Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado o longo da vida**. [Den Haag], 2005. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfo-pt.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

JOSSERRAND MASSIMO VOLPON ADVOGADAS. **Violência doméstica da mulher contra o homem**. [S.l.], 2014. Não paginado. Disponível em: <http://goulartmilena.jusbrasil.com.br/artigos/135519677/violencia-domestica-da-mulher-contra-o-homem?ref=topic_feed>, Acesso em: 4 nov. 2016.

KESSLER, Glenn. The truth behind the rhetoric. **The Washington Post**, Washington, D.C., nov. 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

LÉVY, Pierre, **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção TRANS). Disponível em: <[http://baixar-download.jegueajato.com/Pierre%20Levy/Cibercultura%20\(432\)/Cibercultura%20-%20Pierre%20Levy.pdf](http://baixar-download.jegueajato.com/Pierre%20Levy/Cibercultura%20(432)/Cibercultura%20-%20Pierre%20Levy.pdf)>. Acesso em: 6 maio 2016.

LUPA. **As mentiras e as verdades de Crivella e Freixo na TV Globo**. Rio de Janeiro, 28 out. 2016. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis, 2013. **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2013. Não paginado. Disponível em: <http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

MARANHÃO, Ana Maria Neves. Dos catálogos aos metabuscadores e serviços de descoberta na internet: uma visão geral. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,

DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió: UFAL, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/1512956/Dos_Cat%C3%A1logos_aos_Metabuscadores_e_Servi%C3%A7os_de_Descoberta_na_Internet. Acesso em: 6 nov. 2016.

MARANHÃO, Ana Maria Neves. A seleção de um serviço de descoberta na web: a experiência da PUC-Rio. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: PUC-Rio, 2012. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QDH.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.

MARCIAL, Elaine Coutinho et al. Epistemologia da Ciência da Informação: a presença do paradigma social de Capurro na literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. Não paginado. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/294/1/HELIAEnancib2007.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 19 set. 2016.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Tradução: Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MELO, Ana Virgínia Chaves de.; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 185-201, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a12.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MENDONÇA, Renata. **Violência doméstica**: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para denunciar. São Paulo, 2015. Não paginado. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm. Acesso em: 25 out. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, p. 208-211, 2004.

MIRANDA, Henrique. **Violência doméstica...contra os homens**. [S. l.], 2008. Não paginado. Disponível em: <https://livrepensar.wordpress.com/2008/05/22/violencia-domesticacontra-os-homens/>. Acesso em: 4 nov. 2016.

MOSCOW Declaration on Media and Information Literacy. In: INTERNATIONAL CONFERENCE MEDIA AND INFORMATION LITERACY FOR KNOWLEDGE SOCIETIES, 2012, Moscow. **Annals...** Moscow: UNESCO; IFLA, 2012. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/moscow-declaration-on-mil-en.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

NASCIMENTO, Isabel Cristina Aquino do. **Da (in) aplicabilidade da Lei Maria da Penha aos homens vítimas de violência doméstica**. [S. l.], 2013. Não paginado. Disponível em: <http://ysabeu1.jusbrasil.com.br/artigos/111575548/da-in-aplicabilidade-da-lei-maria-da-penha-aos-homens-vitimas-de-violencia-domestica?ref=topic_feed>. Acesso em 29 nov. 2016.

NEMEC, Fernando. **Entenda o que são cookies e saiba como removê-los do micro**. São Paulo, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u6772.shtml>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

OBAMA, B. **National Information Literacy Awareness Month, 2009**: a proclamation. Washington, DC: White House, 2009. Não paginado. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/presidential-proclamation-national-information-literacy-awareness-month>>. Acesso em: 17 maio 2016.

OBSERVADOR. **Fact check**. [S. l.], 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://observador.pt/seccao/observador/fact-check/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução: Paula Montero; Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, v. 39).

ORWELL, George. **1984**. Tradução: Heloisa Jahn; Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

PARISIER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Tradução: Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAVÃO, Caterina Marta Groposo; CAREGNATO, Sônia Elisa. Serviços de descoberta em rede: a experiência do modelo Google para os usuários de bibliotecas universitárias. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 130-149, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/58410/36046>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

PINTO, Flávia Virgínia Melo; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 219-226, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1204>>. Acesso em: 19 set. 2016.

POLITIFACT. **The latest from politifact**. Washington, DC, nov. 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.politifact.com/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

PORTAL BRASIL. Cinco mulheres são agredidas a cada dois minutos no Brasil. Brasília, DF, 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/02/cinco-mulheres-sao-agredidas-a-cada-dois-minutos-no-brasil>>. Acesso em: 16 set. 2016.

PORTAL BRASIL. **Cidadania e justiça**. Brasília, DF, 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/violencia-contramulher-nao-e-so-fisica-conheca-10-outros-tipos-de-abuso>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk. Ciência da Informação: história, conceitos e característica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago./dez. 2015.

QUINTANA, Mário. **Quintana de bolso**. Porto Alegre: Coleção L&PM, 1997.

QUOTE FROM EARLY BUSINESS INTELLIGENCE PIONEER HANS PETER LUHN. **Business Intelligence Reports Blog**: unleash the power of your company data, 29 mar. [S. l.], 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://www.bireports.co.uk/blog/tag/hans-peter-luhn/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública. **Encontros Bibli**: a revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [Florianópolis], v. 18, n. 36, p. 157-180, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p157>>. Acesso em 30 jun. 2016.

SÁ, Maria Irene da Fonseca e. **Bibliotecas digitais**: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2013. 266 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/856/1/MariaIrenedaFonsecaeS%c3%9f_TeseDoutorado_07_03_2013.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2016.

SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; MORESCHI, Erica Beatriz Pinto. Disseminação seletiva da informação: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, p. 38-57, jan./dez. 1990. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/09/pdf_d55acad50a_0018786.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SAVI, Maria Gorete Monteguti; SILVA, Edna Lucia da. O fluxo da informação na prática clínica dos médicos residentes: análise na perspectiva da medicina baseada em evidências. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 177-191, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a12.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

SAVOLAINEN, Reijo. Information Behavior and Information Practice: Reviewing the “Umbrella Concepts” of Information-Seeking Studies. **Chicago Journal**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/517840>>. Acesso em: 01 out. 2016.

SEMINÁRIO SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL EM PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., 2014, Belo Horizonte. **Relatório geral do evento**. Brasília, DF: IBICT, UNB; Marília: UNESP, 2014. Não paginado. Disponível em: <http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/RELATORIO_seminario_ENANCIB_2014.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

SEMINÁRIO SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2015, João Pessoa. **Relatório**. Brasília, DF: IBICT, UNB; Marília: UNESP, 2015. Não paginado.

SEMINÁRIO SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO ENANCIB, 3., 2016, Salvador. **Programação**. Brasília, DF: IBICT, UNB; Marília: UNESP, 2016. Não paginado.

SERRA, Liliana Giusti, Sobre metabuscadores e serviços de descoberta. **InfoHome**. [S.l.], 2013. Não paginado. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo_print.php?cod=773>. Acesso em: 6 nov. 2016.

SILVA, Leandro Libério da et al. Reflexões teóricas sobre o comportamento informacional na era pós-custodial: perspectivas para um estudo de utilizadores em redes sociais na internet. In: ENCUESTRO IBÉRICO EDICIC, 5., 2011, Badajoz. **Anais...** Badajoz: Universidad de Extremadura, 2011, p. 106-115. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30022/3/reflexoes%20teoricas%20sobre%20%20comportamento%20informacional.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

SILVA, Ronaldo Alves da. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SIQUEIRA, Ivan Cláudio Pereira. Mecanismos de busca na web: passado, presente e futuro. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.7, n. 2, p. 47-67, ago. 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6355/6136>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: Estudos**, Paraíba, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/issue/view/35/showToc>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional - bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2016.

WATERS, Roger. Another brick the wall part 2. Intérprete: Pink Floyd. In: **PINK FLOYD. The wall**. [London]: [Columbia Records; Capitol Records], p 1979. 1 disco sonoro. Disponível em: <<http://whiplash.net/materias/curiosidades/104201-pinkfloyd.html>>. Aceso em: 14 jul. 2016.

WEINBERG, Gabriel. We don't collect or share personal information. [S. l.], 2010. Não paginado. Disponível em: <<https://duckduckgo.com/privacy>>. Acesso em: 7 dez. 2010.

APÊNDICE A – EMAIL

Prezada senhora XXX, bom dia!

me chamo Nazareth Salomon e sou orientanda da Professora Marianna Zattar no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e estou desenvolvendo o trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Prática informacional e Competência em Informação: um estudo dos filtros na busca e recuperação sobre a violência contra a mulher”. O trabalho tem por objetivo comparar os resultados obtidos nas pesquisas realizadas em dois buscadores com mecanismos distintos.

Sendo assim, solicito a participação para a execução da pesquisa e informo que o respondente não será identificado, não sofrerá nenhum tipo de discriminação ou prejuízo. Para isso,

a) peço que retorne o e-mail com o texto abaixo em itálico.

Me chamo xxxxx, CPF xxxx, e fui convidada a participar da pesquisa para a Graduação, do trabalho intitulado “Prática informacional e competência em informação: um estudo dos filtros na busca e recuperação sobre a violência contra a mulher”, realizado no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Professora Marianna Zattar.

Responderei uma coleta de dados e é do meu conhecimento que poderei recusar responder qualquer pergunta, assim como interromper ou me retirar a qualquer momento, sem que explicações me sejam solicitadas ou venha a sofrer qualquer tipo de dano e prejuízo. Esta pesquisa não representa riscos diretos para minha saúde ou bem-estar e os benefícios serão a ampliação do conhecimento sobre a Competência em Informação e a Prática Informacional.

Tenho que ciência que caso queira tirar alguma outra dúvida ou solicitar algum esclarecimento, poderei entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer momento. Não terei custo ao participar deste estudo e fui informada que estão garantidos e assegurados o sigilo e o anonimato, que os dados serão usados apenas para fins do estudo, que a guarda dos mesmos é de responsabilidade da aluna e que a divulgação dos resultados ocorrerá sob a forma de publicações científicas.

Concordo em participar voluntariamente neste estudo e declaro que todas as minhas dúvidas foram respondidas. Ressalto que embora esteja concordando em participar, não estou desistindo de nenhum direito.

b) realize as buscas conforme instruções abaixo:

Primeira busca

- a) utilizar para busca a expressão "violência doméstica contra a mulher" sem aspas;
- b) pesquisar no Google (www.google.com.br) com login na conta pessoal do Gmail (se tiver);
- c) salvar a primeira página dos resultados em formato de pdf com o título "Busca 1".

Segunda busca

- a) utilizar para busca a expressão "violência doméstica contra a mulher" sem aspas;
- b) pesquisar no Google (www.google.com.br) sem login na conta pessoal do Gmail;
- c) salvar a primeira página dos resultados em formato de pdf com o título "Busca 2".

Terceira busca

- a) utilizar para busca a expressão "violência doméstica contra a mulher" sem aspas;
- b) Duckduckgo (<https://duckduckgo.com>);
- c) salvar a primeira página dos resultados em formato de pdf com o título "Busca 3".

Por favor, solicito que os resultados sejam enviados até o dia 25 de novembro com os três arquivos anexos e o texto no corpo do e-mail. Em breve enviarei informações sobre a conclusão do trabalho.

Agradeço antecipadamente,

Nazareth Salomon

Graduanda do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação – UFRJ

APÊNDICE B – PESQUISAS DA PRIMEIRA PARTICIPANTE

Pesquisa no Google com login na conta pessoal no Gmail

24/11/2016 violência doméstica contra a mulher - Pesquisa Google

Google

violência doméstica contra a mulher

Todas Imagens Notícias Vídeos Shopping Mais Ferramentas de pesquisa

Aproximadamente 8.550.000 resultados (0,36 segundos)

Cultura Violência Mulher - Seminário Internacional - scovaw.org
 Arquivo: www.scovaw.org/ *
 Cultura de Violência contra as Mulheres - Seminário Internacional

Violência Doméstica a Mulheres - Uma Questão Social, Cultural?
 Arquivo: www.diaepien.org.br/ *
 A Plan acredita que a violência contra mulheres tem causas estruturais. Entenda!

Direitos da Mulher - fundodireitoshumanos.org.br
 Arquivo: www.fundodireitoshumanos.org.br/ *
 Fundo Brasil apoia quebra-braço de coco no enfrentamento à violência
 Acesso foto: Veja os projetos apoiados - Campanhas

Artigos acadêmicos sobre violência doméstica contra a mulher
 ... das causas de violência doméstica contra a mulher ... - Declendes - Citado por 188
 ... à violência doméstica e familiar contra a mulher - Dias - Citado por 207
 Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de ... - Schreiber - Citado por 279

Violência doméstica contra a mulher: quando você pode – e deve ...
 claudia.abril.com.br/.../Violencia-domestica-contra-a-mulher-quando-voce-pode-e-de... *
 23 de mai de 2012 - Tira suas dúvidas sobre a violência doméstica contra a mulher e saiba tomar a atitude certa quando estiver diante (ou desconfiar) de um caso.

Violência doméstica e familiar - Dossiê Violência contra as Mulheres
 www.agenciaparticipativa.org.br/.../Violencia-domestica-e-familiar-contra... *
 Sob diversas formas e intensidades, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é recorrente e presente no mundo todo, motivando crimes hediondos e ...

Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil
 www.compromissoestudo.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulhe... *
 Este site pode identificar seu computador.
 14 de out de 2016 - E 66% afirmaram acreditar que a violência contra a mulher não acaba ...
 Pesquisa revela que a violência doméstica segue no cotidiano de ...
 O balanço do Ugea 180 (Portal - Lei Maria da Penha)

PPA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SUAS FORMAS...
 www.ufpb.br/revista/filica/index.php?17redon/17redon/paper/viewfile/671208 *
 a violência doméstica ou familiar contra a mulher é o tipo mais recorrente deste fato social no Estado brasileiro, o que levou à criação da Lei Nº 11.340 de 7 de ...

Violência doméstica e familiar contra a mulher - Monografias - Uoi
 monografias.brasilestudo.uoi.com.br/.../Violencia-domestica-familiar-contra-mulher-le... *
 Violência doméstica, qual a causa, conceito da violência, a violência no Brasil, violência contra a mulher, perfil do agressor, das vítimas, lei Maria da Penha.

Violência doméstica: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para ...
 www.tbc.com/portuguesa/noticias/2015/.../151209_obstaculos_violencia_mulher_rm *
 10 de dez de 2015 - Não é nesse processo, no de denúncia, que ainda estão alguns dos principais obstáculos no combate à violência contra mulheres no país.

Violência doméstica contra a mulher no Brasil - Alexandra Oenning
 http://alexandreening.jusbrasil.com.br/.../Violencia-domestica-contra-a-mulher-no-... *
 Avaliação: 5 - 10 votos
 INTRODUÇÃO. O presente artigo busca esboçar os tipos de violência doméstica contra a mulher que podem ser tanto físicas, emocionais, psicológicas, etc., ...

Violência doméstica e familiar contra a mulher - A lei Maria da Penha ...
 www.geledes.org.br/.../Questões de Gênero/ Violência contra Mulher *
 28 de ago de 2014 - Violência doméstica, qual a causa, conceito da violência, a violência no Brasil, violência contra a mulher, perfil do agressor, das vítimas, lei ...

CNU - Sobre a Lei Maria da Penha
 www.cnu.br/.../Programas e ações/ Violência contra a Mulher (Lei Maria da Penha) *
 Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas cidades em que ...

Domestic violence against women: realities and social representations
 www.scielo.br/nucleo.php?script=ed_arquivo&id=30102-71822012000200008 *
 de Di Fonseca - 2012 - Artigo relacionado

https://www.google.com.br/eval/ch?site=&source=fp&q=violencia+contra+a+mulher&q=violencia+contra+a+mulher&gs_l=hp.3...3002.5121.0.5805.24.14.0.3.3... 1/2

Pesquisa no DuckDuckGo

24/11/2016 violência doméstica contra a mulher em DuckDuckGo

violência doméstica contra a mulher Q

Web
Imagens
Videos

Violência Doméstica PROFUNDADA

Buscar em 8 Motores à vez **Violência Doméstica**
zapmeta.com.br

Enviar comentários

- PDF Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**

DataSenado sobre **violência contra a mulher** constatou que, por ... A Sra. Acha que as leis brasileiras protegem as mulheres **contra a violência doméstica**?

senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSena...
- Violência doméstica e familiar contra a mulher - Brasil Escola**

Violência doméstica, qual a causa, conceito do **violência**, a **violência** no Brasil, **violência contra a mulher**, perfil do agressor, das vítimas, lei Maria da Penha...

monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/violencia-domestica-familiar-cont...
- Violência contra a mulher no mundo: tipos, dados, como ...**

Veja dados sobre a **violência contra a mulher** no mundo e formas de combater. Entenda a dimensão ... Ir ao topo de ...

noticias.terra.com.br/mundo/violencia-contra-mulher/
- Pesquisar no Site - Lei Maria da Penha**

A Lei Maria da Penha traz uma definição de **violência contra a mulher** seguida por uma explicitação das ... DA **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**, ...

observe.ufba.br/violencia
- Lei nº 11.340 - Página Inicial — Palácio do Planalto**

(Vide ADI nº 4427) Cria mecanismos para coibir a **violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da ...

planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
- Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil**

Custos Intangíveis da **violência contra as mulheres** na América Latina e Caribe (BID, 2013) ...

Campanhas pelo Fim da **Violência Doméstica Contra a Mulher**

compromissoestuda.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-a-...
- Violência doméstica e familiar - Dossiê Violência contra as ...**

Este é um dossiê digital feito para contribuir com a divulgação de informações e o debate sobre a **violência contra as mulheres**. Para isso, conta com um banco ...

agenciapatriciagelveo.org.br/dossiê/Violencias/Violencia-domestica-e-f...
- PDF Tipos De Violência Cometida Contra a Mulher**

TIPOS DE **VIOLÊNCIA** COMETIDA CONTRA A MULHER A **violência contra a mulher** pode se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade.

http://duckduckgo.com/?q=viol%C3%Aancia+dom%C3%A9stica+contra+a+mulher&h_hia=web 1/4

APÊNDICE C – PESQUISAS DA SEGUNDA PARTICIPANTE

Pesquisa no Google com login na conta pessoal do Gmail

20/11/2018 violência doméstica contra a mulher - Pesquisa Google

Google violência doméstica contra a mulher

Todas Imagens Noticias Vídeos Shopping Mais Ferramentas de pesquisa

Aproximadamente 810.000 resultados (0,34 segundos)

Cultura Violência Mulher - Seminário Internacional - scoovaw.org
www.scoovaw.org/ *
 Cultura de Violência contra as Mulheres - Seminário Internacional

Violência Doméstica   Mulheres - Uma Questão Social, Cultural?
 Autor: www.doeplan.org.br/ *
 A Plan acredita que a violência contra mulheres tem causas estruturais. Entenda
 Uma Onda Internacional - Desde 1997 no Brasil - Ajude Nossa Organização - Conhea Nossa Causa

Artigos acadêmicos sobre violência doméstica contra a mulher
 ... dois casos de violência doméstica contra a mulher ... - Deslandes - Citado por 188
 ...   violência doméstica e familiar contra a mulher - Cass - Citado por 207
 Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de ... - Schneider - Citado por 276

Violência doméstica contra a mulher: quando você pode - e deve ...
claudia.abril.com.br/.../violencia-domestica-contra-a-mulher-quando-voce-pode-e-de-... *
 23 de mai de 2013 - Tire suas d vidas sobre a violência doméstica contra a mulher e saiba tomar a
 atitude certa quando estiver diante (ou desconfiar) de um caso.

Violência doméstica e familiar contra a mulher - Monografias - Uoi
monografias.triunfoescola.uol.com.br/.../violencia-domestica-familiar-contra-mulher-e-... *
 Violência doméstica, qual é causa, conceito da violência, a violência no Brasil, violência contra a
 mulher, perfil do agressor, das vítimas, lei Maria da Penha.

Violência doméstica e familiar - Dossiê Violência contra as Mulheres
www.agenciaparticipativos.org.br/.../violencia-e-violencia-domestica-e-familiar-contra-... *
 Dois diversos fatores e intensidades, a violência doméstica e familiar contra as mulheres  
 recorrente e presente no mundo todo, motivando crimes hediondos e ...

Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil
www.compromissoestudo.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-... *
 Este site pode detectar seu computador
 14 de out de 2016 - O IBGE afirmou em 2015 que a violência contra a mulher não ocorre ...
 Pesquisas revelam que a violência doméstica segue no cotidiano de ...
 O bairro do Ugu  180 (Portal - Lei Maria da Penha

PPA: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SUAS FORMAS ...
www.ufpb.br/revista/8604/index.php?T=trabalho/T=trabalho/paper/claro/1167000 *
   violência doméstica ou familiar contra a mulher é o tipo mais recorrente de crime físico social no
 Estado brasileiro, o que levou à criação da Lei n  11.340 de 7 de ...

Domestic violence against women: realities and social representations
www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=00100-71622013000000000 *
 de DA-Rom o - 2013 - Artigos relacionados
 Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais ... A violência contra a
 mulher é um fenômeno multicausal, multidimensional, ...

Violência doméstica: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para ...
www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/11/1511206_obstaculos_violencia_mulher_rm *
 10 de dez de 2015 - Mas é nesse processo, no da denúncia, que ainda existe alguns dos principais
 obstáculos no combate à violência contra mulheres no país.

Violência doméstica contra a mulher no Brasil - Alexandra C nning
<http://alexandracunning.jabrefail.com.br/.../violencia-domestica-contra-a-mulher-no-...> *
 Avaliação: 5 - 10 votos
 INTRODUÇÃO: O presente artigo busca expor as formas de violência doméstica contra a mulher
 que podem ser tanto físicas, emocionais, psicológicas, etc. ...

Violência doméstica e familiar contra a mulher - A lei Maria da Penha ...
www.geledes.org.br/.../Questões-de-G nero-+Violência-contra-Mulher-+ *
 26 de ago de 2014 - Violência doméstica, qual é causa, conceito da violência, a violência no Brasil,
 violência contra a mulher, perfil do agressor, das vítimas, lei ...

Violência doméstica - Wikipédia, a enciclopédia livre
https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol ncia_dom stica *
 Violência doméstica é a violência, explícita ou velada, ilicitamente praticada dentro de casa ou no
 ambiente familiar, entre indivíduos unidos por parentesco civil (marido e mulher), ager, parentado/filhos)
 ou parentesco natural (pai, mãe, filhos, irmãos, etc.) inclui diversas práticas, como a violência e o
 abuso sexual contra as ... A expressão substitui outras como "violência contra a mulher"

<https://www.google.com.br/?q=viol ncia-doméstica-contra-a-mulher> 1/2

Pesquisa no Google sem login na conta pessoal do Gmail

22/11/2016 violência doméstica contra a mulher - Pesquisa Google

 Pesquisar

Todas Imagens Notícias Vídeos Shopping Mais Configurações Ferramentas

Aproximadamente 6.650.000 resultados (0,22 segundos)

Cultura Violência Mulher - Seminário Internacional - acovaw.org
www.acovaw.org/ ▼ [1] 26/02/2011
 Cultura de Violência contra as Mulheres - Seminário Internacional

Violência Doméstica às Mulheres - Uma Questão Social, Cultural?
www.doepian.org.br/ ▼ [1] 26/02/2011
 A Plan acredita que a violência contra mulheres tem causas estruturais. Entenda
 Ajuda Nossas Crianças - Desde 1987 no Brasil - Uma ONG Internacional - Conheça Nossas Causas

Liga Solidária - LigaSolidaria.Org.br
www.ligasolidaria.org.br/ ▼ [1] 26/02/2011
 Luta Consciente Contra a Violência Doméstica. Coo-Para Liga Solidária
 Categorias: Trabalhos, Voluntariado...
 Projetos de Educação - Trabalho Voluntário - Faça Sua Doação Online - Qualificação Profissional

Direitos da Mulher - fundodireitoshumanos.org.br
www.fundodireitoshumanos.org.br/ ▼ [1] 26/02/2011
 Fundo Brasil apoia pesquisadores de caso no enfrentamento à violência
 Tipos: Garantia Do Estado Do Direito À Justiça Criminal, Enfrentando O Racismo...
 Veja os projetos apoiados - Assessoria foto - Campanhas

Artigos acadêmicos sobre violência doméstica contra a mulher
 ... dos casos de violência doméstica contra a mulher ... - Deslandes - Citado por 188
 ... a violência doméstica e familiar contra a mulher - Cias - Citado por 207
 Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de ... - Schreiber - Citado por 276

Violência doméstica contra a mulher: quando você pode -- e deve ...
ciencia.abril.com.br/violencia-domestica-contra-a-mulher-quando-voce-pode-e-de-... ▼ [1] 26/02/2011
 20 de mar de 2012 - Tire suas dúvidas sobre a violência doméstica contra a mulher e saiba tomar a atitude certa quando estiver diante (ou desconfiar) de um caso.

Violência doméstica e familiar - Dossier Violência contra as Mulheres
www.agenciaeci.org.br/violencia/violencia-domestica-e-familiar-contra-... ▼ [1] 26/02/2011
 São diversas formas e intensidades, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é recorrente e presente no mundo todo, motivando crimes hediondos e ...

Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil
www.compromissoestudo.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulhe-... ▼ [1] 26/02/2011
 Este site pode identificar seu computador:
 14 de out de 2015 - É difícil afirmar sem acreditar que a violência contra a mulher não ocorre ...
 Pesquisa revela que a violência doméstica segue no cotidiano de ...
 O balanço do Ligue 180 (Portal - Lei Maria da Penha)

PRIMA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SUAS FORMA...
www.utpb.br/revista/etica/index.php/17redon/17redon/paper/viewFile/672008 ▼ [1] 26/02/2011
 a violência doméstica ou familiar contra a mulher é o tipo mais recorrente deste tipo social no
 Estado brasileiro, o que levou à criação da Lei nº 11.340 de 7 de ...

Violência doméstica e familiar contra a mulher - Monografias - Uol
monografias.brasileira.uol.com.br/violencia-domestica-familiar-contra-mulheria-... ▼ [1] 26/02/2011
 Violência doméstica, que é causa, conceito da violência, a violência no Brasil, violência contra a
 mulher, perfil do agressor, das vítimas, lei Maria da Penha.

Violência doméstica: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para ...
www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151208_obstaculos_violencia_mulher_rm ▼ [1] 26/02/2011
 10 de dez de 2015 - Mas é nesse processo, no de denúncia, que ainda existe alguma das principais
 barreiras no combate à violência contra mulheres no país.

Violência doméstica contra a mulher no Brasil - Alexandra Cerning
alexandracerning.jabril.com.br/violencia-domestica-contra-a-mulher-no-... ▼ [1] 26/02/2011
 Avaliação: 5 - 10 votos
 INTRODUÇÃO: O presente artigo busca estudar as tipos de violência doméstica contra a mulher
 que podem ser tanto físicas, emocionais, psicológicas, etc ...

Violência doméstica e familiar contra a mulher - A lei Maria da Penha ...
www.geledas.org.br/Questões-de-Geneto-Violência-contra-Mulher ▼ [1] 26/02/2011

https://www.google.com.br/?gls_rd=cr&ei=C4DWUPYUOIFBQ&pgOAI&gs_l=sa&oeq=viol%C3%Aancia+dom%C3%Astica+contra+a+m+ulher 1/2

Pesquisa no DuckDuckGo

22/11/2016

violência doméstica contra a mulher em DuckDuckGo

violência doméstica contra a mulher

Q

≡

Web

Imagens

Videos

Descubra Como Durar De 30 - 40 Minutos Na Cama S

Enviar comentários

PROPAGANDA

DESCUBRA O Segredo que Vários Homens Estão Usando Para Ter Longas Eneções...

edz.la

PDF Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

DataSenado sobre **violência contra a mulher** constatou que, por ... A Sra. Acha que as leis brasileiras protegem as mulheres **contra a violência doméstica**?

senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSena...

Violência doméstica e familiar contra a mulher - Brasil Escola

Violência doméstica, qual a causa, conceito do **violência**, a **violência** no Brasil, **violência contra a mulher**, perfil do agressor, das vítimas, lei Maria da Penha...

monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/Violencia-domestica-familiar-cont...

Violência contra a mulher no mundo: tipos, dados, como ...

Veja dados sobre a **violência contra a mulher** no mundo e formas de combater. Entenda a dimensão ... Ir ao topo da ...

noticias.terra.com.br/mundo/violencia-contra-mulher/

Pesquisar no Site - Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha traz uma definição de **violência contra a mulher** seguida por uma explicitação das ... DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, ...

observa.ufba.br/violencia

Lei nº 11.340 - Página Inicial — Palácio do Planalto

(Vide ADI nº 4427) Cria mecanismos para coibir a **violência doméstica e familiar contra a mulher**, nos termos do § 8º o do art. 226 da Constituição Federal, da ...

planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil

Custos intangíveis da **violência contra as mulheres** na América Latina e Caribe (BID, 2013) ... Campanhas pelo Fim da **Violência Doméstica Contra a Mulher**

compromisso-atitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-a...

Violência doméstica e familiar - Dossiê Violência contra as ...

Esta é um dossiê digital feito para contribuir com a divulgação de informações e o debate sobre a **violência contra as mulheres**. Para isso, conta com um banco ...

agenciapatriciadagelveo.org.br/dossiê/violencias/violencia-domestica-e-f...

PDF Tipos De Violência Cometida Contra a Mulher

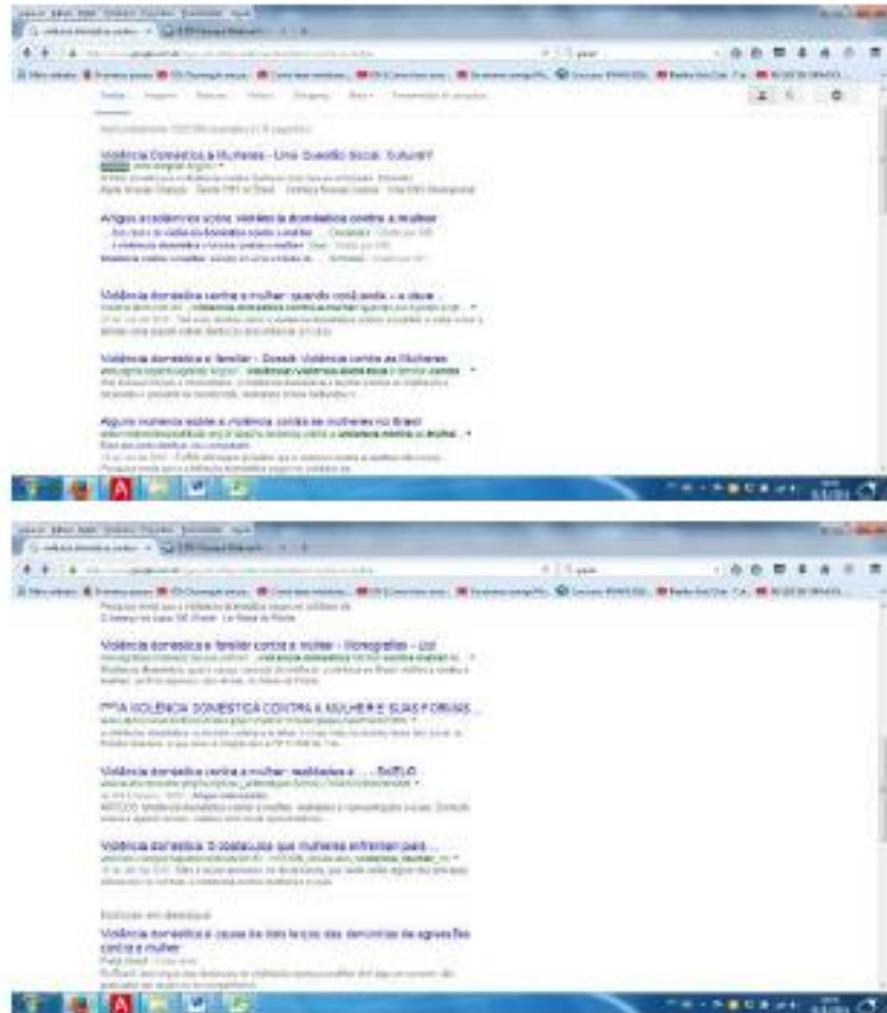
TIPOS DE VIOLÊNCIA COMETIDA CONTRA A MULHER A **violência contra a mulher** pode se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade.

http://duckduckgo.com/?q=viol%C3%Aancia+dom%C3%A9stica+contra+mulher&h_ga=web

1/4

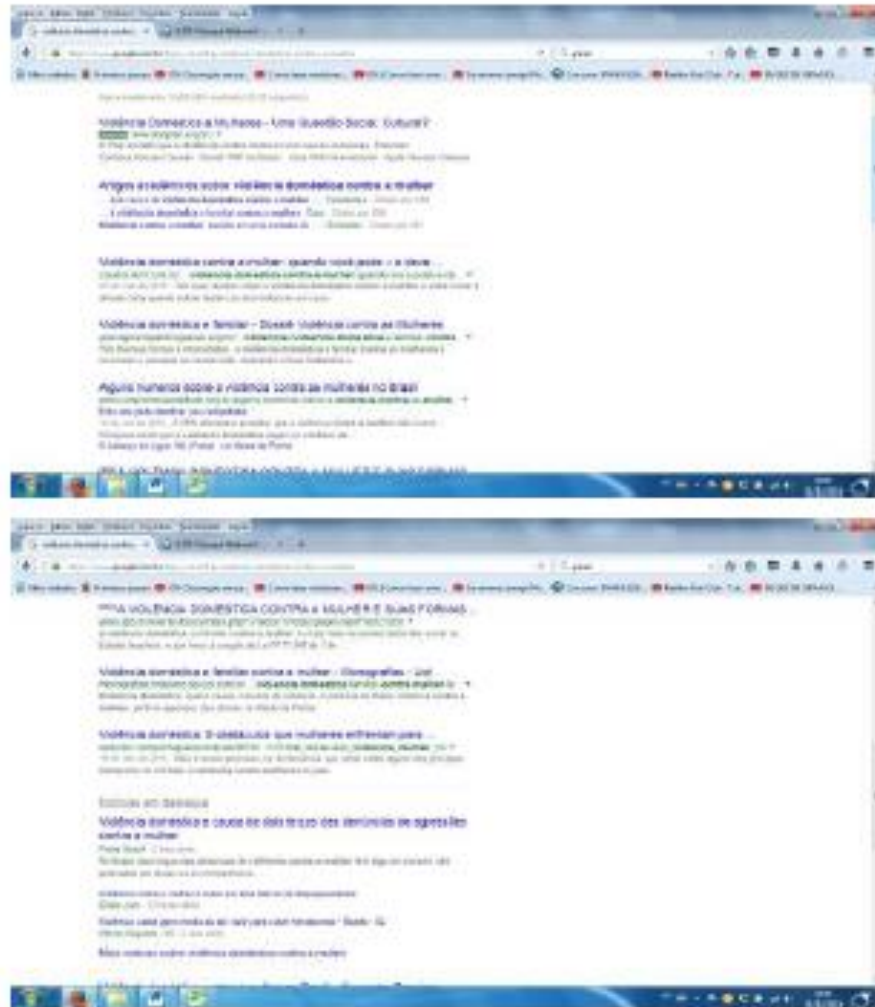
APÊNDICE D – PESQUISAS DA TERCEIRA PARTICIPANTE

Pesquisa no Google com login na conta pessoal do Gmail



Continua

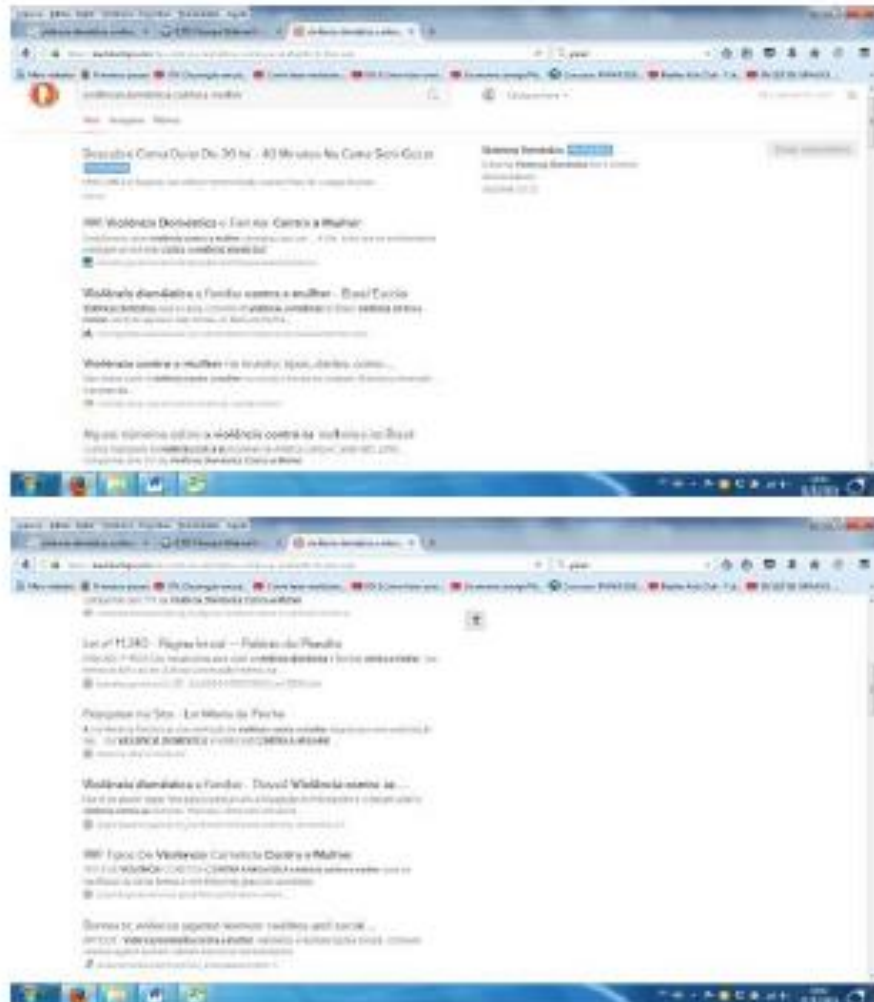
Pesquisa no Google sem login na conta pessoal do Gmail



Continua



Pesquisa no DuckDuckGo



Continua

